



CIBEC/INEP



B0009775

perfil

da

EXTENSÃO

universitária

BRASIL

ON

SESu/MEC

8.147.36
23p

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

perfil

da EXTENSÃO

universitária

BRASIL

NO

SESu/MEC

Presidente da República: Itamar

Augusto Cautiero Franco

*Ministro da Educação e do Desporto: Murilio
de Avellar Hingel*

*Secretário Executivo: Antonio José
Barbosa*

*Secretário de Educação Superior - SESu:
Rodolfo Joaquim Pinto da Luz*

*Diretora do Departamento de Política do
Ensino
DEPES/SESu:
Maria José Vieira Feres*

*Diretor do Departamento de Desenvolvimento
do Ensino Superior - DEDES/SESu:
Luiz Cassemiro dos Santos*

Chefe da Divisão de Extensão e Graduação:

Marinice Oliveira de Azeredo Coutinho

Comissão Nacional de Extensão

Maria José Vieira Féres (Coordenadora)

Ricardo Vieiralves de Castro

Adelino Antonio da Silva Ribeiro

Klinger Marcos Barbosa Alves

Tânia Maria Baibich

Maria da Paz Araújo Cardoso

Ivan Targino Moreira

Edgar Francisco de Oliveira *Comitê Assessor de
Extensão*

Anete Charnet Gonçalves da Silva

Júlio Wiggers

Marcos Vieira Silva

Renato Hilário dos Reis

Roberto Mauro Gurgel Rocha

Tratamento de Apresentação dos Dados

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Sub-Reitoria para Assuntos Comunitários
PRODEMAN - Programa Interuniversitário de

Pesquisa de Demandas Sociais

Índice

Apresentação - Rodolfo Joaquim Pinto da Luz.....	V
Introdução	01
A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil - Roberto Mauro Gurgel.....	03
Apresentação dos Resultados do Levantamento - Ricardo Vieiralves de Castro	08
Anexo 1 - Relação das Instituições Públicas de Ensino Superior	
Constantes do Levantamento	64
Anexo 2 - Programa de Fomento à Extensão Universitária -1995	67

Apresentação

RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Programa de Fomento à Extensão Universitária foi criado pela SESu/MEC em 1993. Parte integrante da política global de ensino superior desenvolvida pela Secretaria de Educação Superior do MEC, o Programa de Fomento à Extensão Universitária se estrutura pela parceria que se consolidou entre Universidades e SESu.

Partindo do pressuposto de que a relação entre Universidade e comunidade deve se estabelecer de forma sistemática e orgânica, o papel da extensão é redimensionado. Longe de ser um apêndice ou uma atividade eventual, a extensão universitária deve se constituir como uma prática acadêmica, articulada com o ensino e a pesquisa.

Nesta perspectiva, a SESu/MEC criou a Comissão Nacional de Extensão, constituída pelos dirigentes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e coordenada pela SESu. Cabe à Comissão Nacional estabelecer as diretrizes e viabilizar a implementação do Programa de Fomento à Extensão

Universitária. Concomitantemente, foi criado o Comitê Assessor responsável pelo julgamento dos projetos apresentados ao MEC, bem como pelo assessoramento necessário à Comissão Nacional.

Cerca de 70 Universidades Públicas em 1993 e 1994 tiveram seus projetos aprovados e financiados pela SESu.

Mais do que o volume de recursos destinados ao Programa, a importância desta iniciativa está no reconhecimento institucional da extensão, como prática acadêmica essencial para o dinamismo da vida universitária. É fundamental também destacar que os Programas de Fomento, como o PROEXTE, inauguram uma nova relação entre SESu e IES, com a distribuição de recursos através de projetos e pelo julgamento de mérito.

Entendendo que a articulação entre teoria e prática é uma necessidade crucial para a Universidade competente e socialmente compromissada, a Secretaria de Educação Superior do MEC investiu na extensão universitária com a certeza de que está contribuindo para o aprimoramento da Universidade Brasileira.

Introdução

O Perfil da Extensão Universitária, ora apresentado, procura responder a uma necessidade prática dos que trabalham no campo do extensionismo universitário, bem como daqueles que em seus estudos e pesquisas necessitam de melhores informações sobre a extensão.

A idéia de caracterização da fisionomia atual das experiências de extensão universitária, surgiu de uma dificuldade enfrentada pelo Comitê de Extensão, quando da análise dos programas e projetos encaminhados pelas várias instituições de educação superior - IES -, para fim de apoio financeiro por parte do Programa de Fomento a Extensão - PROEXTE -, do Ministério da Educação e do Desporto - MEC. A grande quantidade e diversidade de propostas encaminhadas mostrava que as concepções de extensão existentes precisavam ser mais bem conhecidas, o que facilitaria o trabalho do próprio Comitê. A necessidade de estabelecimento do Perfil da Extensão Universitária, foi logo em seguida assumida pela Comissão de Extensão e pela Secretaria de Educação Superior - SESu - do MEC, que de imediato se propuseram a apoiar a viabilização do estudo.

Anteriormente, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão

Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, havia realizado um estudo cujos primeiros resultados foram publicados em 1992, pela Universidade Federal do Pará, com o título "A Extensão Universitária no Brasil: Contribuição ao Diagnóstico - Etapa 1". Todavia, necessitava-se de um levantamento mais aprofundado onde se pudesse perceber o pensamento predominante sobre a extensão, as práticas desenvolvidas, as parcerias feitas com organizações e instituições da sociedade civil, a articulação com programações do Estado, o relacionamento com o ensino e a pesquisa etc.

O levantamento de dados foi feito mediante um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, sendo enviado, em fins do ano de 1993, às universidades brasileiras que já haviam recebido apoio financeiro do MEC para programações extensionistas. Foram devolvidos 62 questionários, contendo especialmente as opiniões de universidades públicas, federais e estaduais, assim distribuídos: 7 de instituições de educação superior da região norte, 21 do nordeste, 20 do sudeste, 10 da região sul e 4 do centro-oeste. Os dados foram inicialmente trabalhados a nível do próprio MEC, contando-se com o apoio

de estagiários da Universidade de Brasília, e, em seguida, enviados à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que foi a grande responsável pela apuração retirada de inferências e análise do material recebido.

A análise feita certamente é ainda insuficiente, na medida em que por questão de tempo, não se teve a oportunidade de aprofundar muitos dos dados levantados. Desejava-se divulgar os dados em tempo mais breve possível.

Além do mais, tratando-se de um corte histórico, privilegiava-se somente um determinado período, no caso o ano

de 1993, o que não possibilitava uma abordagem diacrônica com uma dimensão histórico - estrutural mais ampla. Procurou-se suprir esta deficiência com uma apreciação introdutória sobre a trajetória da Extensão Universitária no Brasil.

Afora a publicação do "Perfil", espera-se que os dados sirvam para a criação de um "Banco de Dados sobre a Extensão Universitária", que subsidiará com informações atualizadas a instituições, organizações e estudiosos que desejam melhor conhecer as questões referentes a práticas do extensionismo universitário.

A Trajetória da Extensão Universitária no Brasil

ROBERTO MAURO GURGEL ROCHA

PROFESSOR VISITANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

MESTRADO DE EDUCAÇÃO

A extensão universitária brasileira passa, presentemente, por um importante momento histórico, no sentido de sua afirmação no cenário educativo nacional. A nível conceitual, procura-se melhor definir a sua condição de processo educativo, o que poderá redundar em práticas efetivamente integradoras da docência e da investigação, com realidades sociais mais amplas. A nível operacional, o Ministério da Educação e do Desporto - MEC, através de sua Secretaria de Educação Superior - Diretoria de Políticas de Ensino Superior -, criou, a partir de 1993, um Programa de Fomento a Extensão Universitária e institucionalizou uma Divisão de Extensão e Graduação - DIEG -, para apoio e articulação das programações extensionistas das instituições de educação superior - IES - do país.

Tal posicionamento do MEC em relação a extensão, já vinha sendo solicitado sistematicamente pelos responsáveis pelo extensionismo nas universidades brasileiras, especialmente a partir de novembro de 1987, quando, em Brasília, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Mas, foi somente com a atual

administração do MEC, e, mais especificamente, da Secretaria de Educação Superior — SESu -, que se definiu de modo mais concreto e orgânico um encaminhamento às reivindicações do Fórum.

O Programa de Fomento a Extensão Universitária, parte do conceito estabelecido pelo Fórum, segundo o qual a extensão universitária é "o processo educativo, cultural e científico, que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade." (Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras-1987). Referido programa objetiva, em termos mais globais, a integração do ensino e da pesquisa com demandas sociais, mediante o comprometimento da comunidade universitária, com os interesses e necessidades da sociedade organizada em todos os seus níveis (sindicatos, órgãos públicos, empresas, categorias profissionais, organizações populares e outros organismos). No sentido de uma análise criteriosa das propostas das IES, foi criada uma Comissão de Extensão e constituído um Comitê de Extensão. A Comissão de Extensão, formada por representantes da SESu e do Fórum, tem caráter deliberativo, enquanto ao Comitê Asses-

sor, constituído por especialistas indicados igualmente pela SESu e pelo Fórum, compete: analisar as programações enviadas pelas IES; omitir pareceres técnicos recomendando a alocação ou não dos recursos financeiros oriundos do MEC; sugerir formas de acompanhamento, continuidade ou suspensão do apoio financeiro; e subsidiar a Comissão de Extensão na análise dos relatórios dos programas aprovados.

O Programa de Fomento à Extensão Universitária resgata toda uma trajetória de experiências, no sentido de integração das instituições de educação superior com a sua realidade, com seu contexto histórico, que se define de modo mais claro no Brasil a partir de 1914, quando se cria, em São Paulo, a **Universidade Popular** da Universidade Livre de São Paulo (criada no ano de 1912).

A Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo, surgida por inspiração do movimento positivista, desenvolveu entre dezembro de 1914 e junho de 1917, cursos de pequena duração sobre os assuntos mais variados possíveis e direcionados especialmente às camadas populares. Representa, indubitavelmente, a primeira experiência de extensão universitária, surgida por iniciativa de uma instituição de educação superior. Tal ressalva torna-se necessária, na medida em que, anteriormente, no Brasil, existiram outras Universidades Populares, instaladas por iniciativa de grupos de intelectuais, sem vínculo institucional com organismos universitários.

Posteriormente, em 1921, seguindo o modelo de extensão norte-americana, as Escolas de Agronomia de Lavras e Viçosa

iniciaram programações direcionadas aos produtores rurais, especialmente mediante a realização de seminários, cursos, semanas de estudo e difusão de resultados de estudos e pesquisas. Nos anos 30, especialmente por influência dos signatários do "Manifesto dos Pioneiros da Educação", a extensão passou a fazer parte do discurso de inúmeros intelectuais que trataram da questão da educação superior, e, em 1931, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras - através do Decreto nº 19.851, onde foi dada grande ênfase à extensão. Dentre as experiências deste período, é ressaltada a dos cursos noturnos para trabalhadores, realizados por iniciativa de Anísio Teixeira, na Universidade do Distrito Federal.

Todavia, é a partir de 1938, quando se cria a União Nacional dos Estudantes - UNE -, que se procura dar maior força ao extensionismo como sendo uma atividade eminentemente de discentes. Seguindo diretrizes estabelecidas pelo Movimento de Cordova, ocorrido na Argentina em 1918, os universitários brasileiros passam a lutar por um Projeto de Reforma Universitária, mais condizente com a realidade social existente, definindo a extensão como uma das prioridades da educação superior, sugerindo e criando mecanismos visando a integração da universidade com a sociedade. O grande momento da afirmação da extensão no Brasil, por via do movimento estudantil, dá-se no início dos anos 60, quando a UNE cria o Centro Popular de Cultura - CPC -, mediante uma aliança entre universitários e intelectuais progressistas, visando uma maior aproximação com as classes populares, através do cinema, da música, do teatro,

da literatura etc. A UNE estabeleceu igualmente um programa de apoio a ações do Governo Federal no setor da saúde, mobilizando os estudantes para atuação em campanhas sanitárias na zona rural. Também nos inícios dos anos 60, é meritório salientar os trabalhos desenvolvidos pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, que, sob a liderança de Paulo Freire, articulando esforços com Governos Estaduais e mobilizando universitários, começou a disseminação de uma das mais conhecidas metodologias de alfabetização, especialmente de adultos, no caso o "Método Paulo Freire".

O Governo Tecnocrático-Militar, que assumiu o poder no Brasil, no ano de 1964, mesmo promovendo uma total desarticulação do Movimento Estudantil, procurou estabelecer ou apoiar mecanismos que respondessem a reivindicações deste. Procurou igualmente favorecer a constituição de programações governamentais levadas a efeito por iniciativa das universidades, as quais, inclusive, tinham como objetivo não declarado a retirada dos universitários dos movimentos de rua, deslocando-os para zonas estratégicas do país, distantes dos grandes centros urbanos ou para áreas rurais. São estimulados ou constituídos experimentos, alguns dos quais mesmo surgidos como experiências de algumas universidades específicas, assumem uma dimensão nacional, sendo importante destacar, entre outros: a Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná - criada em 1960; o Projeto Rondón - cuja primeira operação foi realizada em 1967, constituindo em sua existência o maior movimento de mobilização de estudantes da América Latina e, talvez, do mundo;

o CRUTACj criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 1965, e disseminado nacionalmente por via do MEC, através da Comissão Incentivadora dos CRUTACs-CINCRUTAC, chegando a existir 22 CRUTACs em todo o país; os *Campi Avançados* - surgidos a partir de 1969, por influência do Projeto Rondón, com a mobilização de Universidades e o apoio do Ministério do Interior, chegando a contar, igualmente, com 22 núcleos em áreas estratégicas do país; o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - MUDES -, surgido em 1964, por iniciativa de segmentos empresariais, contando com o apoio governamental; o Instituto Euvaldo Lodi, constituído em 1969, sob a responsabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI), do Serviço Social da Indústria (SESI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAC). Neste período, o MEC, através dos Planos Setoriais de Educação, institucionaliza os Projetos de Integração da Universidade com as Comunidades e de integração Universidade/Empresa, visando apoiar extensionistas, dentro das dimensões de sua política educacional. Por iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB -, é feito o primeiro Diagnóstico da Extensão Universitária e são realizados importantes seminários de caráter nacional no sentido de discussões sobre o conceito e práticas da extensão. Vale mencionar ainda a constituição da 1ª Comissão Mista, entre o Ministério da Educação e o Ministério do Interior, criada em 1974, com a finalidade de propor medidas visando um inter-relacionamento dos Programas CRUTAC-MEC e *Campus Avançado* - MINTER -, que, ao final, fez uma proposição no

sentido de criação de um mecanismo de articulação, o qual, posteriormente, se consolidaria em 1975, com a constituição no MEC de uma Coordenação de Atividades de Extensão - CODAE.

Com a implantação da CODAE, o MEC passa a assumir uma posição de articulação geral das experiências desenvolvidas no campo da extensão, definindo políticas e estabelecendo em 1975, um Plano de Trabalho da Extensão Universitária. O referido Plano, tomando por base legal a Lei nº 5540 - a Lei da Reforma Universitária, de 1968, - procurou ampliar os espaços criados pela citada Lei e estabeleceu limites mais claros em relação a extensão. Segundo este documento, a extensão é: **a forma através da qual a instituição de ensino estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa.**" (MEC/DAU, 1975,1). O mesmo documento assinala ainda que **"a extensão se processa sob a forma de: cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa, projetos de ação comunitária, de difusão cultural e outras fontes de atuação exigidos pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégicas."**

Consagra-se, assim, uma formulação, que, a partir de então passou a servir como orientação às instituições de educação superior brasileiras, que legitimava a extensão como **função** da universidade e serviria como base para a estruturação de mecanismos coordenadores de extensão - Pró-Reitorias,

Decanatos, Coordenações ou Departamentos -, que foram estimulados fortemente pela CODAE. Sem desmerecer a questão de participação estudantil, favorecendo inclusive políticas de estágio curricular articuladas com programações extensionistas, a CODAE estimulou processos formativos e procurou promover uma maior participação de docentes em ações de extensão. Buscou igualmente uma articulação com o Ministério e Superintendências de Desenvolvimento Regional, procurando diversificar os espaços de atuação da universidade. A CODAE foi extinta em 1979, ficando a ação do MEC, em relação a extensão, restrita ao apoio a projetos individualizados das universidades, posteriormente ao Projeto de Integração com o Ensino Fundamental e Médio e no tempo da "Nova República", ao Projeto "Nova Universidade". Em termos de articulação, passou a existir um "hiato", cuja quebra somente se dará a nível interno do MEC, com a criação em 1993, do Programa de Fomento a Extensão. Vale salientar que, neste momento de hiato, muitas IES assumiram a prática da extensão, mesmo sem o apoio do MEC, consolidando importantes experiências.

A História da extensão universitária no Brasil, conforme se pode observar, é bastante rica em formulações e práticas e o perfil apresentado pelo extensionismo, no momento atual, é o reflexo de toda uma trajetória anterior. Ainda hoje, em muitas IES, a prática predominante é a de cursos, de modo bastante similar ao que se fazia na Universidade de São Paulo. Sobrevivem as práticas de seminários, difusão de resultados de estudos e pesquisas, consagrados por Lavras e

Viçosa. Diminuiu a participação quantitativa do estudante em ações extensionistas, mas, ainda assim, é expressiva a sua participação em programas e projetos de extensão. Encontram-se ainda muitas experiências de ação comunitária, muitas ações de extensão cultural - como se praticava através do CPC. Luta-se ainda pela institucionalização da extensão, a partir dos

Departamentos Acadêmicos, como na época da CODAE. As diretrizes atuais sintetizam o pensamento de momentos passados e procuram criar condições a uma efetiva articulação do ensino e pesquisa com a realidade social, o que viabiliza uma extensão processual, ou, mais amplamente, um processo de efetiva comunicação entre a universidade e a sociedade.

Periodização da História da Extensão Universitária no Brasil (A partir da trajetória descrita)

A) Período das Experiências Pioneiras: a Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo; as experiências das Escolas de Agronomia de Lavras e Viçosa.

B) Período dos Discursos sobre a extensão e do estabelecimento das primeiras legislações - Estatuto das Universidades Brasileiras (anos 30-especialmente).

C) Período do Extensionismo como bandeira de luta do Movimento Estudantil e das práticas surgidas por iniciativas dos discentes (1938-1964).

D) Período de Incorporação do Extensionismo às Políticas

Sociais do Estado e de institucionalização da extensão na estrutura das universidades. (1964 a 1979, principalmente)*.

E) Período do "Assumir" institucional da extensão, por parte de universidades (1980-1986)**.

F) Período do "Novo Assumir" da extensão em uma dimensão nacional, a partir da constituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e da criação do Programa de Fomento a Extensão Universitária, por parte do MEC (a partir de 1987).

* - É o momento em que o Governo Federal, a partir do MEC e de outros Ministérios, cria mecanismos e programas de fomento a extensão. ** - Muitas universidades passaram a desenvolver atividades criadas por sua própria iniciativa, ampliando-se a participação de docentes.

Apresentação dos Resultados do Levantamento

RICARDO VIEIRALVES DE CASTRO

COORDENADOR NACIONAL DO FÓRUM DE PRÓ-RETTORES DE EXTENSÃO

SUB-RETTOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS DA UERJ

A Comissão Nacional de Extensão da SESu/MEC, composta por membros da Coordenação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras do MEC, estabeleceu como um dos princípios na consolidação da extensão como prática acadêmica nas Universidades Públicas Brasileiras a necessidade de criar uma linguagem comum entre as práticas extensionistas, tendo como referência fundamental o conceito de extensão estabelecido pelo Fórum.

Para isso tornava-se imperativo criar uma base de dados, até então inexistente, que delineasse o perfil da prática extensionista nas Instituições Públicas de Ensino Superior do país de modo a permitir a pesquisadores, profissionais e gestores envolvidos na extensão aprofundar o debate acadêmico e a definição conceitual.

Este relatório resulta da tentativa de contribuir para o preenchimento de tal lacuna. Os dados aqui apresentados foram coletados no decorrer do ano de 1993, através de questionários padronizados e estruturados, e refletem a posição de 62 Instituições Públicas de Ensino Superior envolvidas no

levantamento. A relação completa destas instituições encontra-se no Anexo I deste relatório.

Optamos por um tratamento científico dos dados e, assim sendo, escolhemos para realizar a tarefa o PRODEMAN -Programa Interuniversitário de Pesquisa de Demandas Sociais, coordenado tecnicamente pelo Prof. Renato Cesar Moller, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por sua conceituada capacidade no tratamento de dados estatísticos.

Com o intuito de aproveitar ao máximo os conteúdos disponíveis contidos nos questionários respondidos, todas as questões abertas, cujo tratamento se tornou possível, foram submetidas a análise categorial do tipo temática e codificadas por especialistas em análise de conteúdo.

A fácil interpretação dos gráficos torna redundante uma descrição das informações neles resumidas. Todos os gráficos são acompanhados por tabelas que detalham os resultados segmentando-os por região geográfica ou dependência administrativa, permitindo assim a realização de análises comparativas a partir destas variáveis.

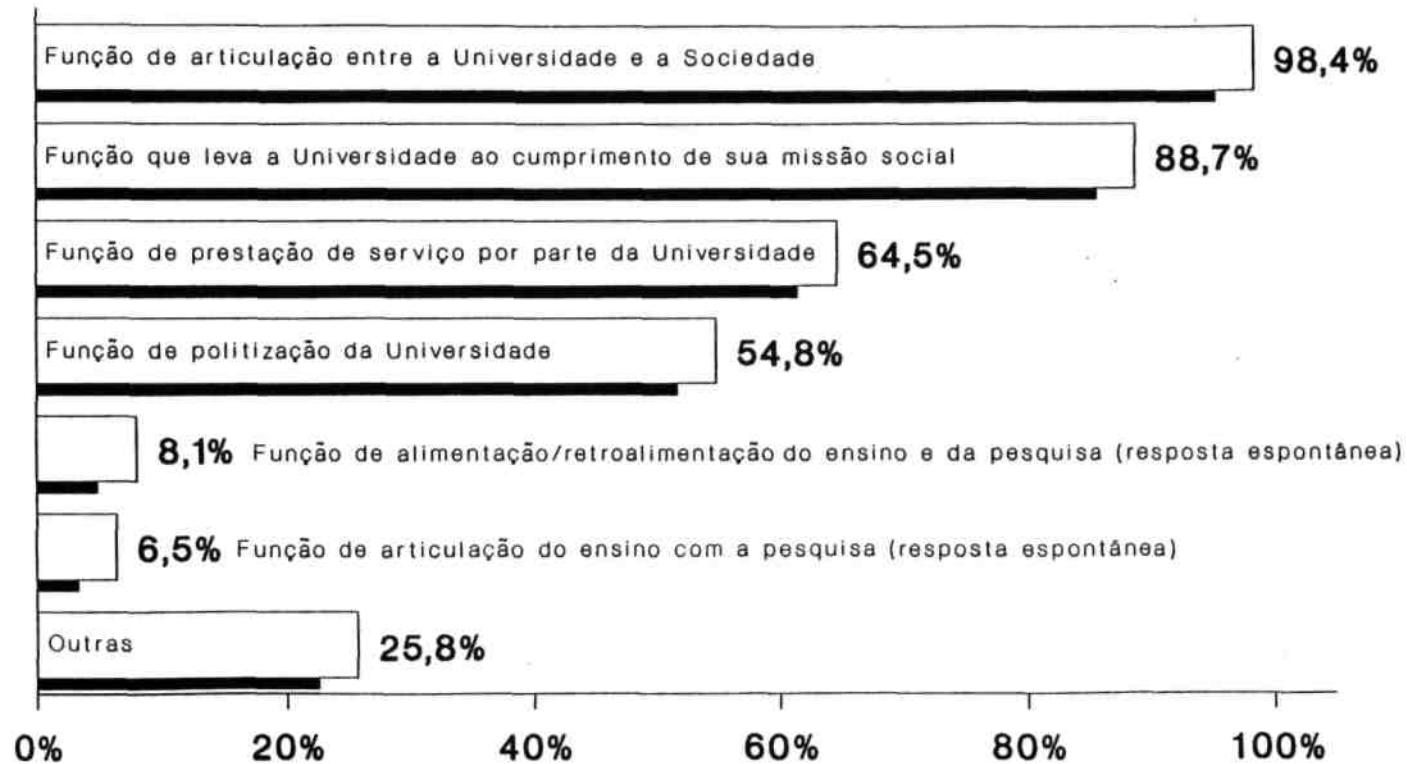
O ineditismo que caracteriza esta iniciativa não nos autoriza

a efetuar de imediato análises globais que pretendam constituir-se como diagnóstico preciso das ações extensionistas praticadas pelo conjunto das instituições investigadas. Acreditamos que este esforço de análise deva partir do interior de cada uma destas instituições através da crítica do plano tabular empregado e do exame da validade dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade que tal plano sugere.

Esperamos que os resultados expostos a seguir possam enriquecer nossas discussões estimulando a formulação de novos dispositivos metodológicos destinados a avaliação de nossas atividades e orientando ações voltadas para a afirmação da prática extensionista como funções de articulação entre ensino e pesquisa e de viabilização da ação transformadora entre universidade e sociedade.

Gráfico 1

**COMO É CONCEBIDA NA PRÁTICA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Em virtude de a questão admitir respostas múltiplas, a soma dos valores ultrapassa 100%. FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 1

**COMO É CONCEBIDA NA PRÁTICA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

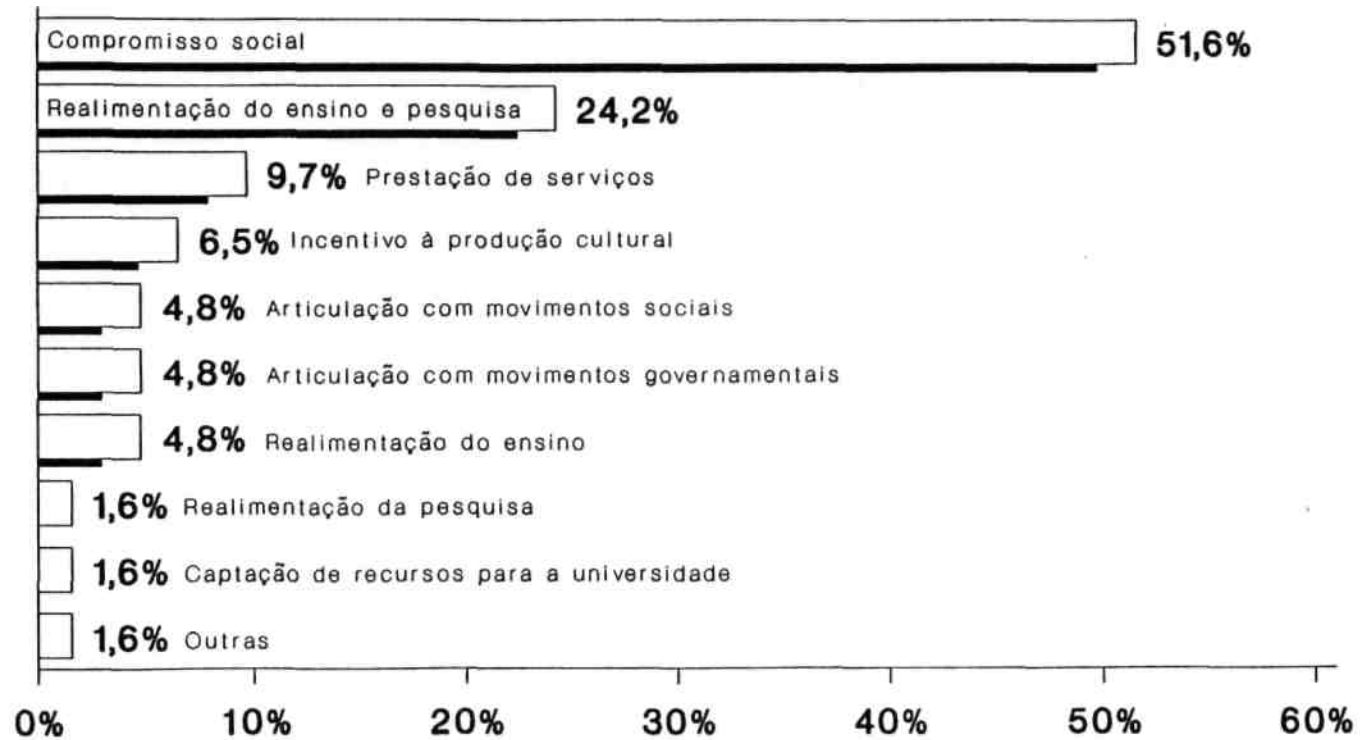
RESPOSTAS	BRASIL		REGIAO NORTE		REGIAO NORDESTE		REGIAO SUDESTE		REGIAO SUL		REGIAO CENTRO-OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Função de articulação entre a Universidade e a Sociedade.....	61	98,4	7	100,0	20	95,2	20	100,0	10	100,0	4	100,0
Função que leva a Universidade ao cumprimento de sua missão social	55	88,7	5	71,4	19	90,5	18	90,0	9	90,0	4	100,0
Função de prestação de serviços por parte da Universidade	40	64,5	4	57,1	16	76,2	12	60,0	5	50,0	3	75,0
Função de politização da Universidade.....	34	54,8	3	42,9	13	61,9	12	60,0	4	40,0	2	50,0
Função de alimentação / retroalimentação do ensino e da pesquisa (resposta espontânea).....	5	8,1	-		2	9,5	2	10,0	1	10,0	-	
Função de articulação do ensino com	4	6,5	-		3	14,3	-		1	10,0	-	
Outras	16	25,8	-		8	38,1	3	15,0	3	30,0	2	50,0

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 2

**DIMENSÃO INDICADA COMO PRIMEIRA PRIORIDADE DA EXTENSÃO
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade a soma dos valores ultrapassa 100% FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 2

**DIMENSÃO INDICADA COMO PRIMEIRA PRIORIDADE DA EXTENSÃO
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

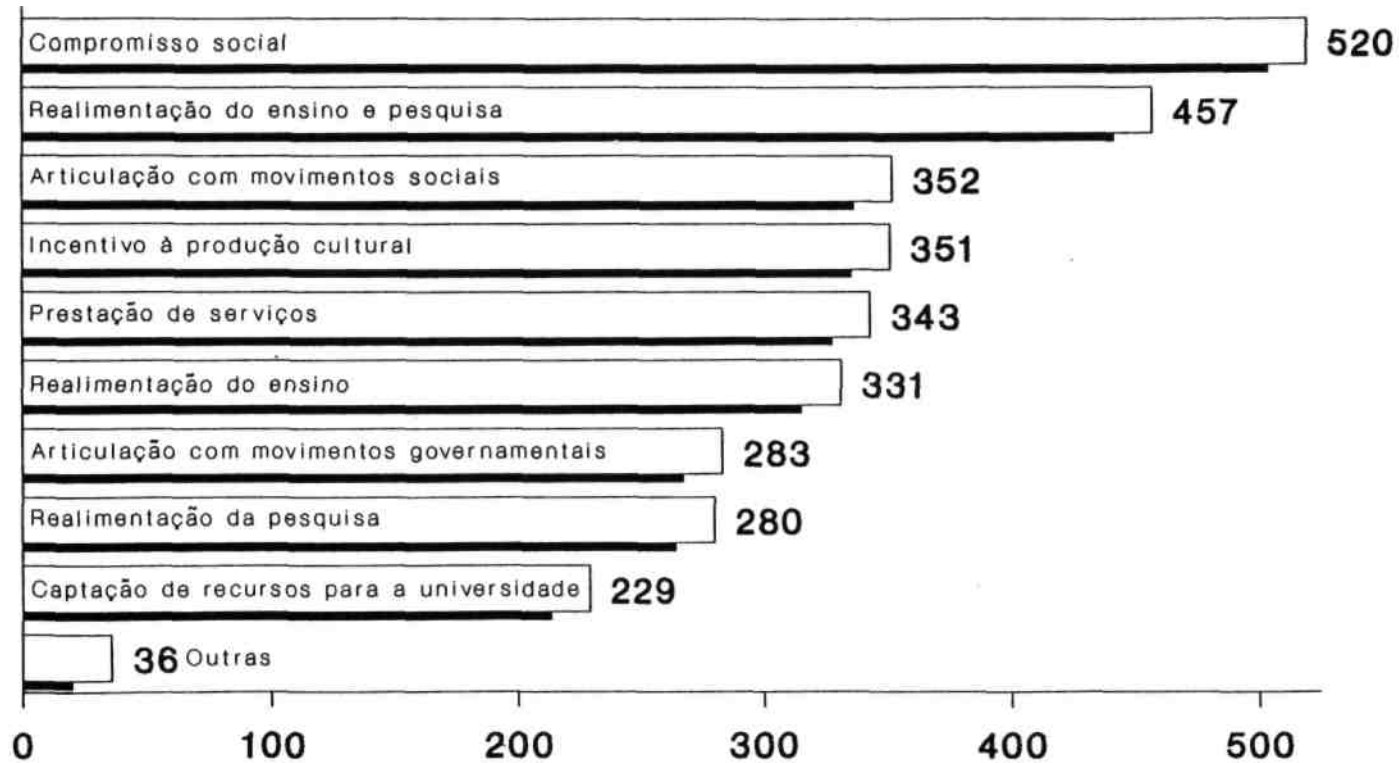
RESPOSTAS	BRASIL		REGIÃO NORTE		REGIAO NORDESTE		REGIÃO SUDESTE		REGIÃO SUL		REGIAO CENTRO-OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Compromisso social	32	51,6	5	71,4	7	33,3	14	70,0	3	30,0	3	75,0
Realimentação do ensino e pesquisa.....	15	24,2	1	14,3	5	23,8	5	25,0	4	40,0	-	-
Prestação de serviços	6	9,7	-	-	4	19,0	2	10,0	-	-	-	-
Incentivo à produção cultural.....	4	6,5	-	-	1	4,8	2	10,0	1	10,0	-	-
Articulação com movimentos sociais.....	3	4,8	-	-	-	-	1	5,0	1	10,0	1	25,0
Articulação com movimentos governamentais	3	4,8	-	-	-	-	2	10,0	1	10,0	-	-
Realimentação do ensino	3	4,8	-	-	1	4,8	-	-	2	20,0	-	-
Realimentação da pesquisa	1	1,6	-	-	-	-	-	-	1	10,0	-	-
Captação de recursos para a universidade	1	1,6	-	-	-	-	1	5,0	-	-	-	-
Outras	1	1,6	-	-	1	4,8	-	-	-	-	-	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade, a soma das frequências absolutas bem como dos valores percentuais ultrapassam o tamanho da amostra e os 100%, respectivamente.

Gráfico 3

**DIMENSÕES PRIORIZADAS PELA EXTENSÃO NAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR,
DEFINIDAS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE PESOS - 1993**



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 3

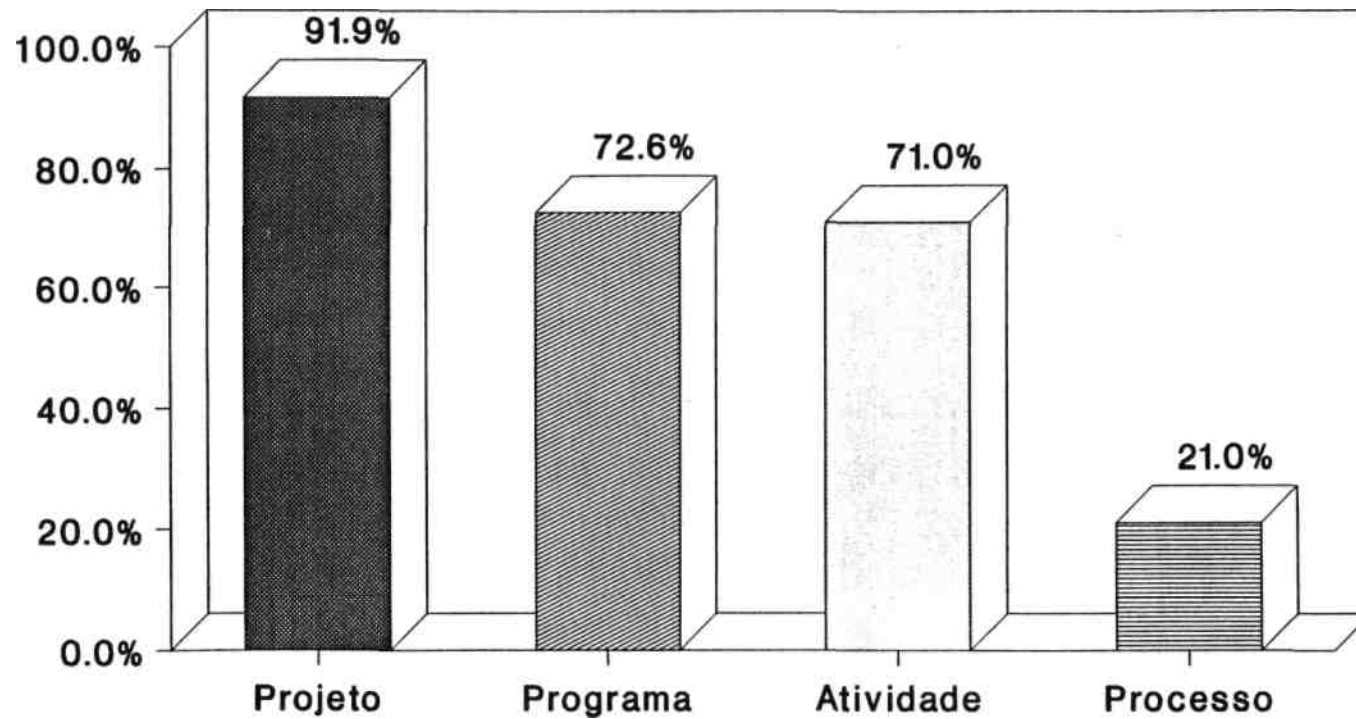
DIMENSÕES PRIORIZADAS PELA EXTENSÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR, DEFINIDAS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE PESOS - 1993

RESPOSTA	BRASIL		REGIAO NORTE		REGIÃO NORDESTE		REGIAO SUDESTE		REGIAO SUL		REGIAO CENTRO-OESTE	
	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO
Compromisso social	520	1°	58	1°	156	1°	176	1°	94	1°	39	1°
Realimentação do ensino e pesquisa	457	2°	39	3°	151	V	156	2"	80	2°	31	2°
Articulação com movimentos sociais	352	3°	28	6°	105	6°	118	4°	76	3°	25	4°
Incentivo à produção cultural.....	351	4°	36	5°	130	5°	108	5°	60	5°	17	6°
Prestação de serviços	343	5°	22	8°	132	3°	125	3"	40	8°	24	5°
Realimentação do ensino	331	6°	49	2°	126	4°	84	7°	47	6°	25	4°
Articulação com movimentos governamentais	283	7°	16	9°	85	8°	102	6°	64	4°	16	7°
Realimentação da pesquisa	280	8°	37	4°	96	7°	80	8"	41	7"	26	3°
Captação de recursos para a universidade.....	229	9°	27	7°	74	9°	84	7"	34	9°	10	8°
Outras	36	10°		10°	18	10"		9"	9	10°	9	9"

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 4

PRINCIPAIS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993



Obs.: Em virtude de a questão admitir respostas múltiplas, a soma dos valores ultrapassa 100% FONTE:

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 4

**PRINCIPAIS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

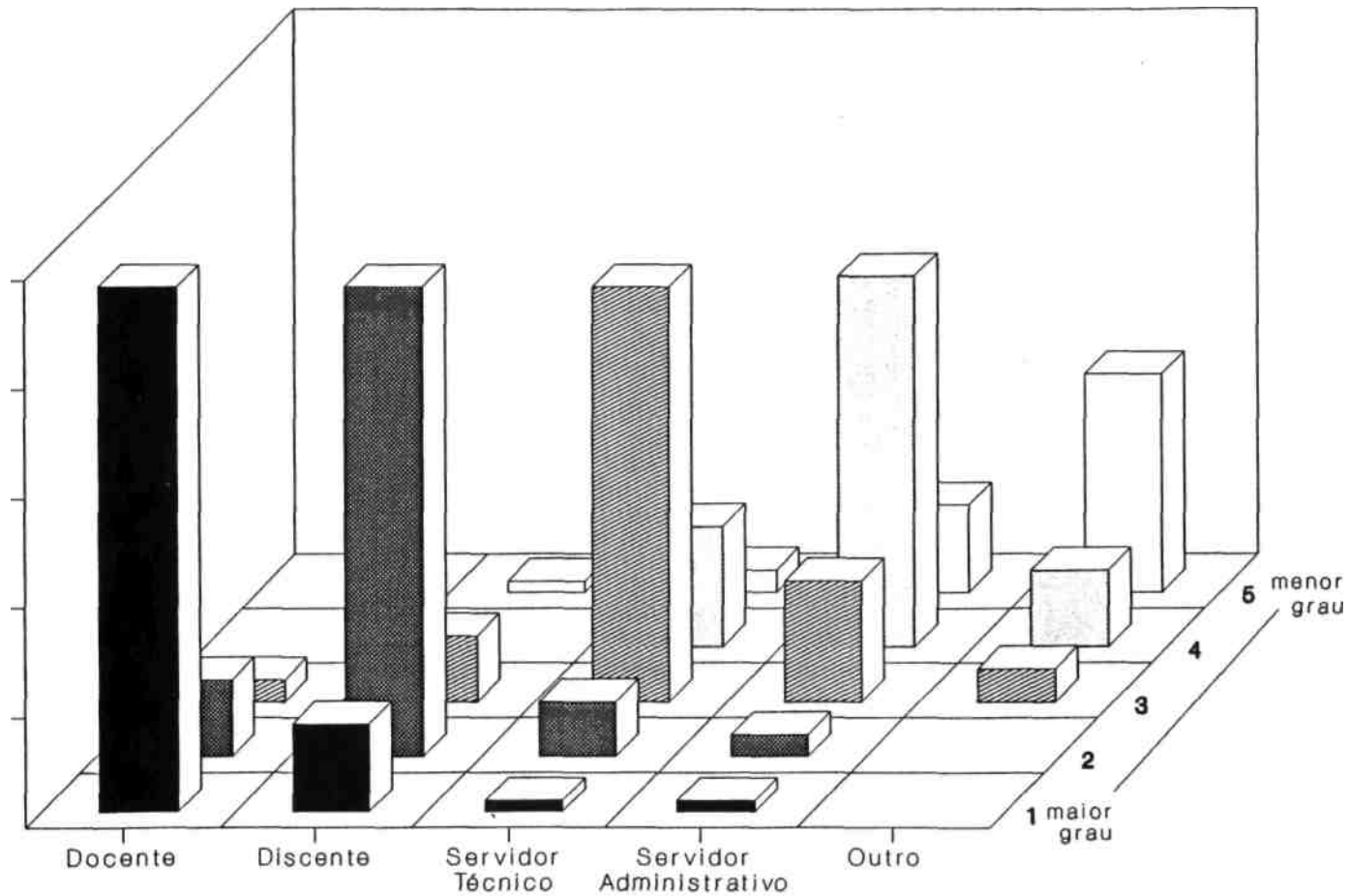
RESPOSTAS	BRASIL		REGIÃO NORTE		REGIAO NORDESTE		REGIAO SUDESTE		REGIAO SUL		REGIÃO CENTRO-OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Projeto.....	57	91,9	6	85,7	19	90,5	18	90,0	10	100,0	4	100,0
Programa.....	45	72,6	6	85,7	15	71,4	15	75,0	6	60,0	3	75,0
Atividade.....	44	71,0	5	71,4	18	85,7	14	70,0	5	50,0	2	50,0
Processo	13	21,0	1	14,3	7	33,3	1	5,0	2	20,0	2	50,0

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como dos valores percentuais calculados ultrapassam o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 5

**GRAU DE ENVOLVIMENTO NA EXTENSÃO
SEGUNDO O SEGMENTO UNIVERSITÁRIO CONSIDERADO
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 5

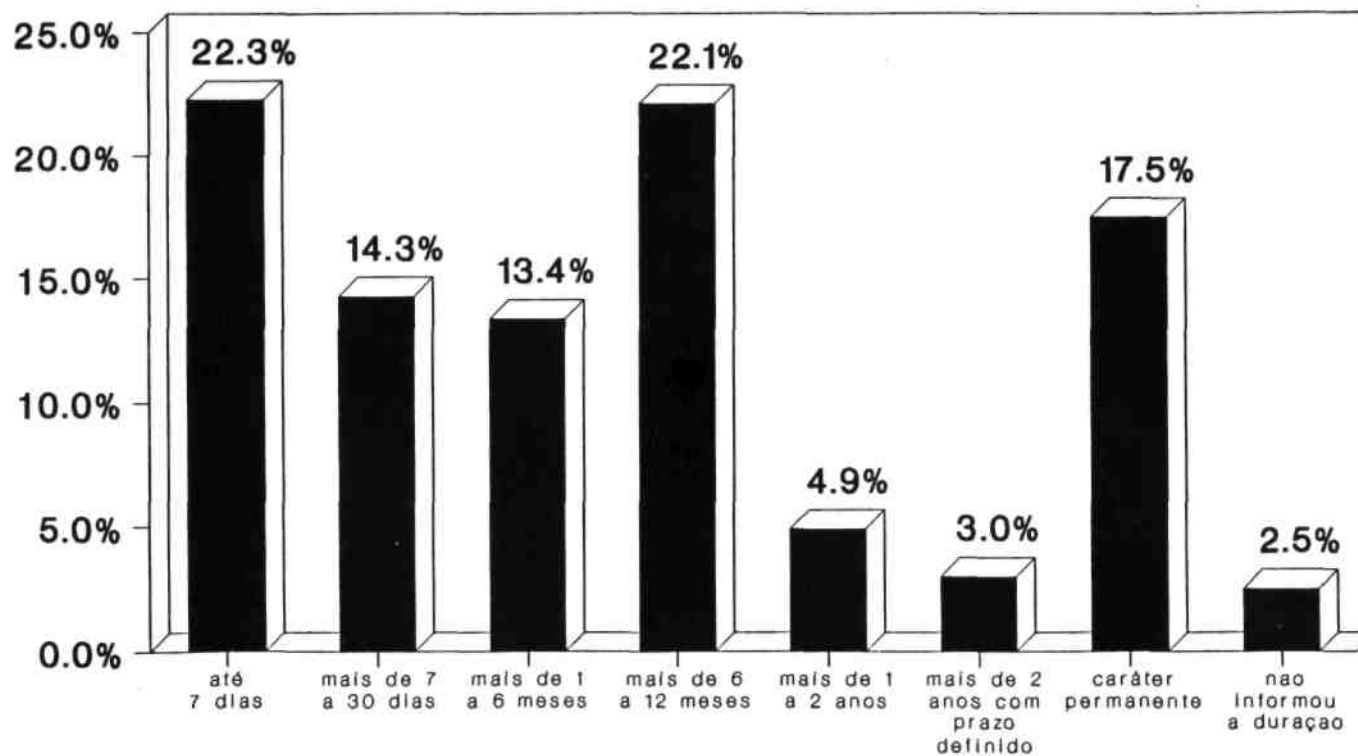
**GRAU DE ENVOLVIMENTO NA EXTENSÃO,
SEGUNDO O SEGMENTO UNIVERSITÁRIO CONSIDERADO
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

GRAUS	DOCENTE		DISCENTE		SERVIDOR TÉCNICO		SERVIDOR ADMINISTRATIVO		OUTROS	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1	48	84,2	8	13,8	1	1,8	1	1,8	0	0,0
2	7	12,3	43	74,1	5	8,8	2	3,6	0	0,0
3	2	3,5	6	10,3	38	66,7	11	19,6	3	10,0
4	0	0,0	0	0,0	11	19,3	34	60,7	7	23,3
5	0	0,0	1	1,7	2	3,5	8	14,3	20	66,7
	57	100,0	58	100,0	57	100,0	56	100,0	30	100,0
Respondeu de forma incorreta	4		2		1		1		1	
	1		2		4		5		31	
	62		62		62		62		62	

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 6

PERÍODO DE DURAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS OU ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - 1993



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 6

PERIODO DE DURAÇÃO DOS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE EXTENSÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR -1993

PERIODO DE DURAÇÃO	n	%	% ACUMULADO
	260	22,3	22,3
mais de 7 a 30 dias	167	14,3	36,6
mais de 1 a 6 meses	156	13,4	50,0
mais de 6 a 12 meses	258	22,1	72,1
mais de 1 a 2 anos	57	4,9	77,0
mais de 2 anos com prazo definido.....	35	3,0	80,0
caráter permanente	205	17,5	97,5
não informou a duração	29	2,5	100,0
Total	1.167	100,0	-

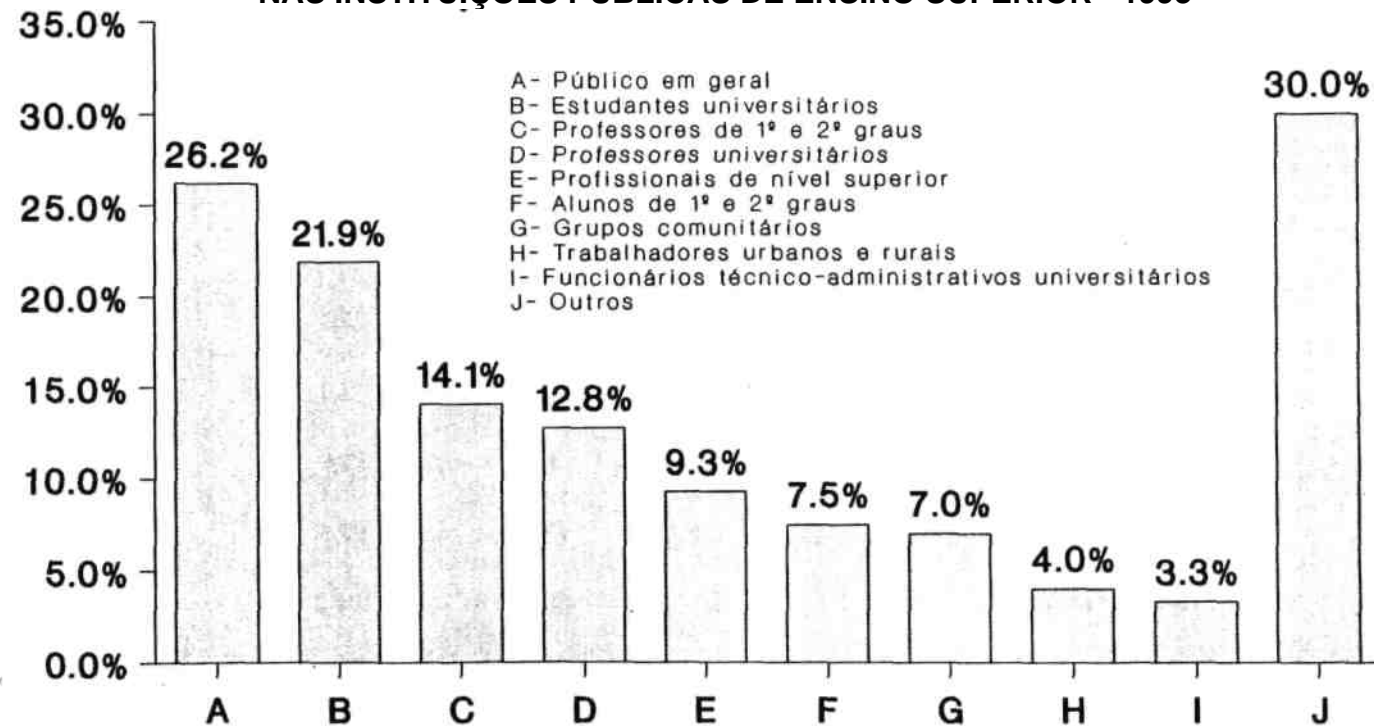
FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: Em 16 dos 62 questionários respondidos não foram encontrados os anexos aos quais os

informantes se referiam, onde constariam a relação dos programas, projetos e atividades de Extensão com seus respectivos prazos de duração. A tabela portanto apenas registra os dados referentes a 46 I.E.S.

Gráfico 7

**CLIENTELA ATENDIDA PELOS PROGRAMAS, PROJETOS
OU ATIVIDADES DE EXTENSÃO
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.; A soma dos valores percentuais ultrapassa 100%, devido ao fato de um mesmo projeto poder atender a múltiplas clientelas.

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 7

**CLIENTELA ATENDIDA PELOS PROGRAMAS, PROJETOS OU ATIVIDADES DE EXTENSÃO
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

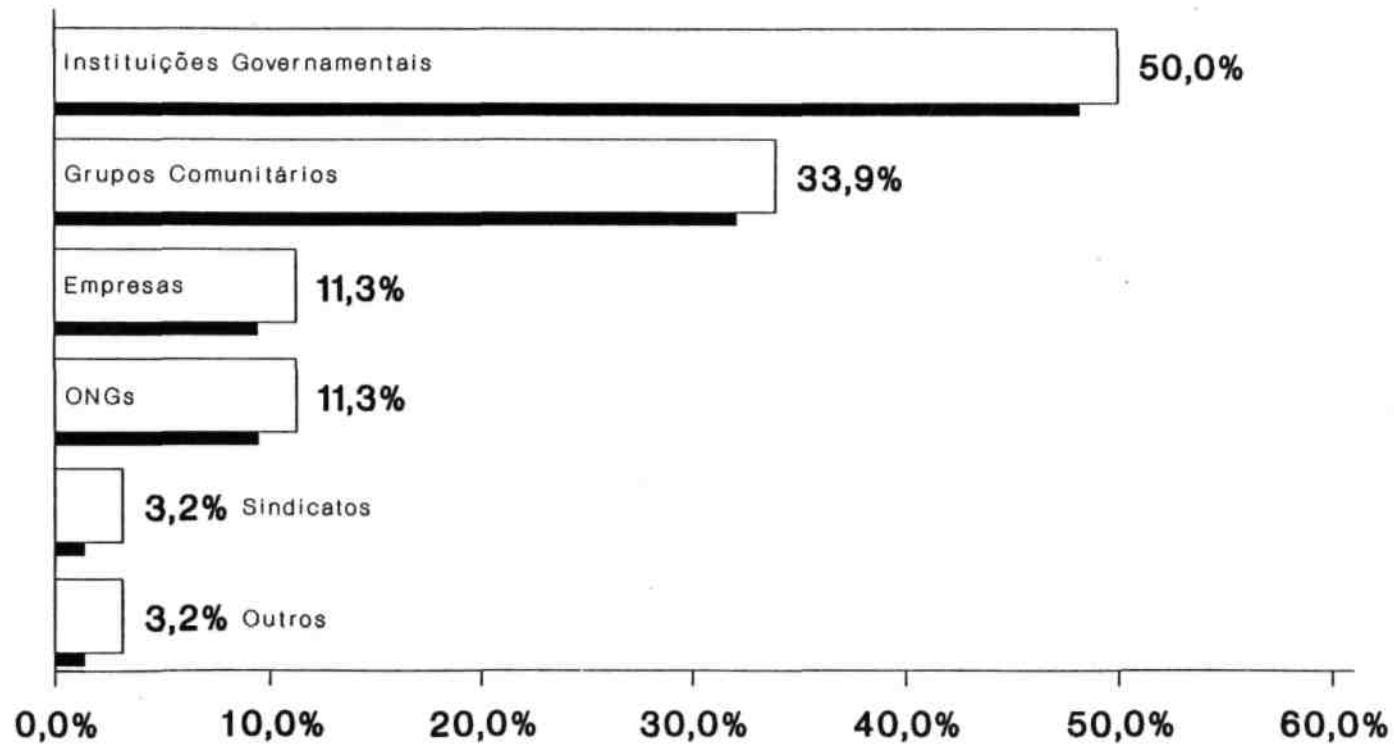
RESPOSTAS	n	%
A- Público em geral	306	26,2
	255	21,9
	165	14,1
	149	12,8
	108	9,3
	88	7,5
	82	7,0
H- Funcionários técnico-administrativos universitários	47	4,0
I-Trabalhadores rurais	38	3,3
J-Outros	350	30,0

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas e relativas ultrapassa o número total de programas, projetos e atividades de extensão e os 100% respectivamente devido ao fato de um mesmo projeto poder atender a múltiplas clientelas. NOTA 2: Em 16 dos 62 questionários respondidos não foram encontrados os anexos aos quais os informantes se referiam, onde constariam a relação dos programas, projetos e atividades de Extensão com seus respectivos prazos de duração. A tabela portanto apenas registra os dados referentes a 46 I.E.S.

Gráfico 8

**AGENTES EXTERNOS INDICADOS COMO
PRIMEIRA PRIORIDADE DA EXTENSÃO PELAS
INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade a soma dos valores ultrapassa 100%

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 8

**AGENTES EXTERNOS INDICADOS COMO PRIMEIRA PRIORIDADE DA EXTENSÃO
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

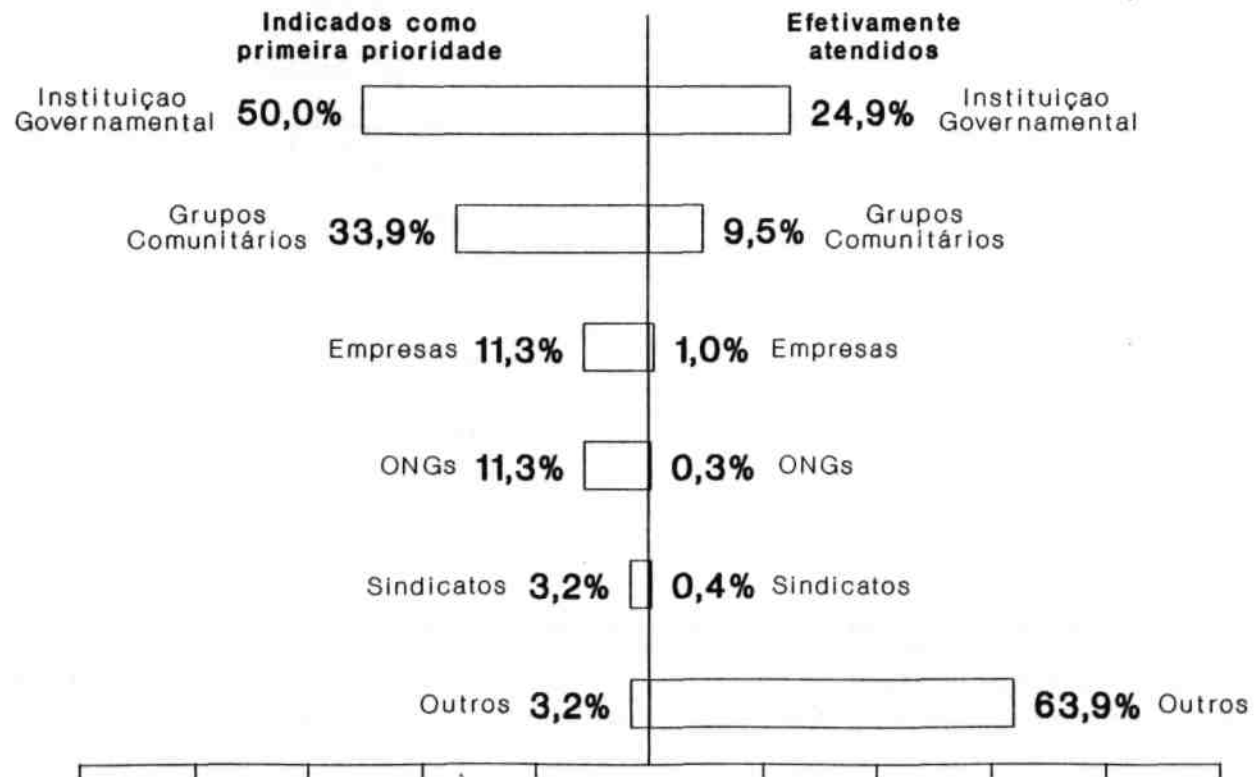
RESPOSTAS	BRASIL		REGIAO NORTE		REGIÃO NORDESTE		REGIÃO SUDESTE		REGIÃO SUL		REGIAO CENTRO-OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Instituições governamentais	31	50,0	6	85,7	13	61,9	9	45,0	1	10,0	2	50,0
Grupos Comunitários	21	33,9	-		3	14,3	9	45,0	8	80,0	1	25,0
Empresas.....	7	11,3	1	14,3	1	4,8	5	25,0	-		-	
ONGs	7	11,3	-		4	19,0	1	5,0	1	10,0	1	25,0
Sindicatos.....	2	3,2	-		-		2	10,0	-		-	
	2	3,2	-		-		2	10,0	-		-	

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade, a soma das frequências absolutas bem como dos valores percentuais ultrapassam o tamanho da amostra e os 100%, respectivamente.

Grafico 9

AGENTES EXTERNOS INDICADOS COMO PRIMEIRA PRIORIDADE PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR E OS AGENTES EXTERNOS EFETIVAMENTE ATENDIDOS POR SEUS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE EXTENSÃO - 1993



FONTE; Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 9

**AGENTES EXTERNOS INDICADOS COMO PRIMEIRA PRIORIDADE
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR
E OS AGENTES EXTERNOS EFETIVAMENTE ATENDIDOS POR
SEUS PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES DE EXTENSÃO - 1993**

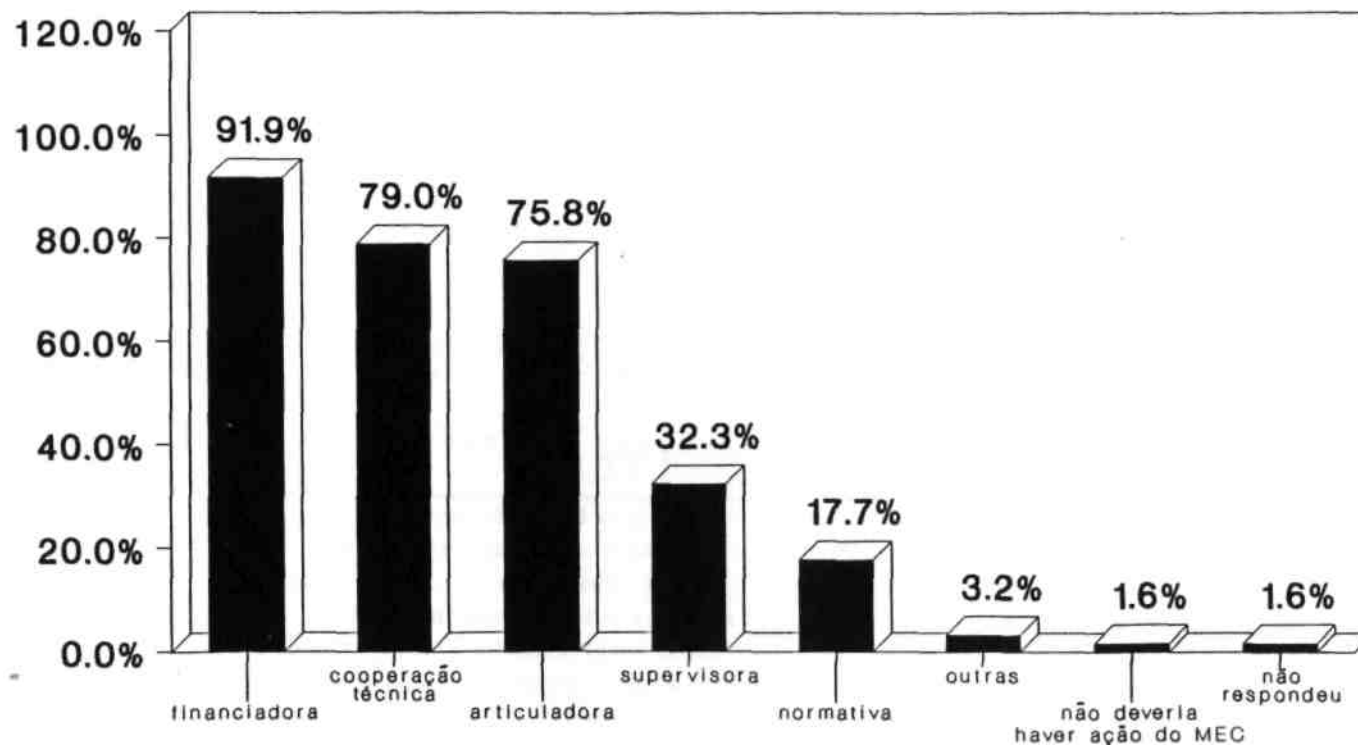
AGENTES EXTERNOS	INDICADOS COMO PRIMEIRA PRIORIDADE		EFETIVAMENTE ATENDIDOS	
	n	%	n	%
Instituições Governamentais.....	31	50,0	283	24,9
Grupos Comunitários	21	33,9	108	9,5
Empresas	7	11,3	11	1,0
ONGs.....	7	11,3	4	0,3
Sindicatos	2	3,2	5	0,4
Outros.....	2	3,2	726	63,9

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade, a soma das frequências absolutas, bem como dos valores percentuais, ultrapassam o tamanho da amostra e os 100%, respectivamente. **NOTA 2:** Em 16 dos 62 questionários respondidos não foram encontrados os anexos aos quais os informantes se referiam, onde constariam a relação dos programas, projetos e atividades de Extensão com o registro da clientela atendida. A tabela, portanto, apenas registra os dados referentes aos agentes externos efetivamente atendidos por 46 I.E.S., cujos dados estavam disponíveis. Por este motivo os valores percentuais referentes aos agentes externos efetivamente atendidos foram calculados através da divisão da frequência obtida por cada agente pelo número total de agentes externos referidos pelos programas, projetos e atividades de Extensão citados pelas 46 I.E.S.

Gráfico 10

**COMO DEVERIA SER A AÇÃO DO MEC EM
RELAÇÃO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - 1993**



Obs.: Em virtude de a questão admitir mais de uma resposta, a soma dos valores ultrapassa 100%. FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 10

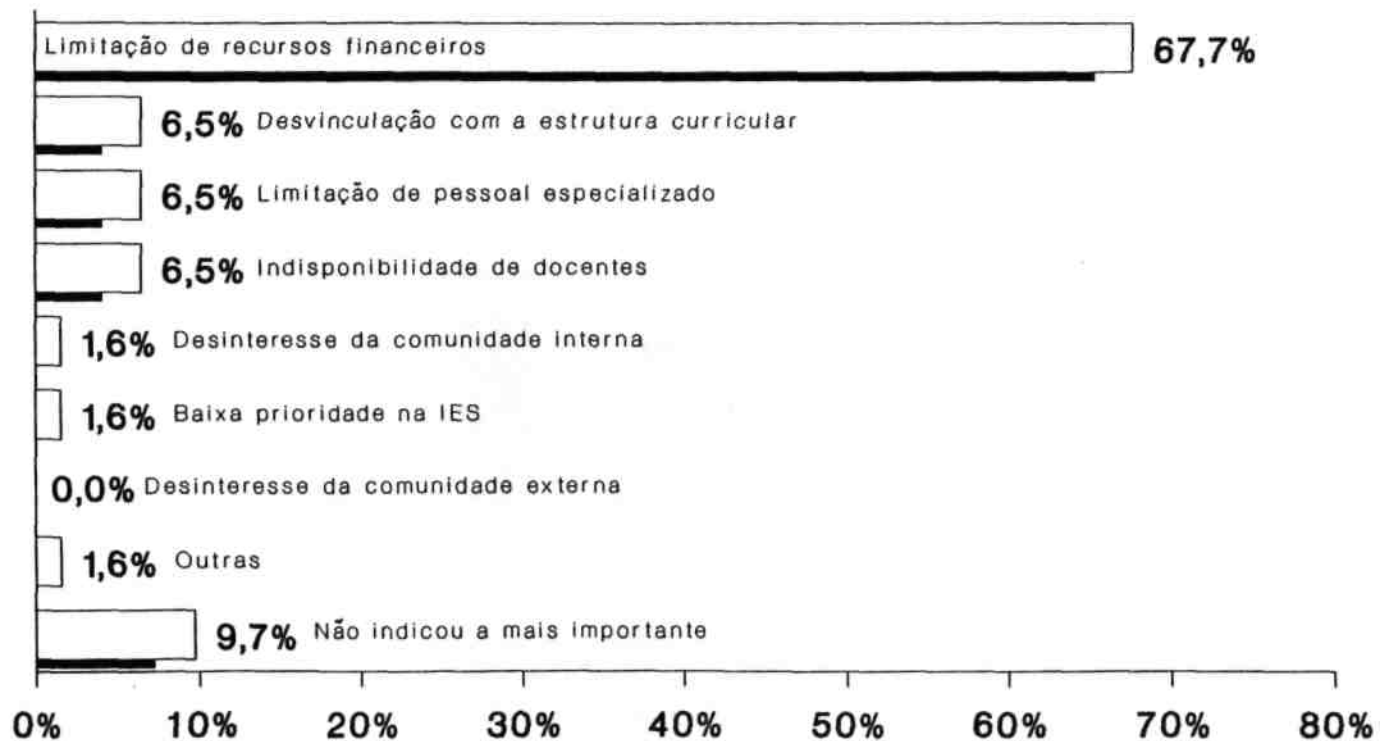
COMO DEVERIA SER A AÇÃO DO MEC EM RELAÇÃO À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - 1993

RESPOSTAS	BRASIL		REGIAO NORTE		REGIÃO NORDESTE		REGIÃO SUDESTE		REGIAO SUL		REGIAO CENTRO-OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Financiadora.....	57	91,9	7	100,0	20	95,2	18	90,0	9	90,0	3	75,0
Cooperação técnica.....	49	79,0	5	71,4	17	81,0	16	80,0	7	70,0	4	100,0
Articuladora.....	47	75,8	3	42,9	15	71,4	18	90,0	9	90,0	2	50,0
Supervisora.....	20	32,3	2	28,6	9	42,9	7	35,0	1	10,0	1	25,0
Normativa.....	11	17,7	1	14,3	3	14,3	6	30,0	-	-	1	25,0
Outras.....	2	3,2	-	-	1	4,8	1	5,0	-	-	-	-
Nao deveria haver ação do MEC.....	1	1,6	-	-	-	-	1	5,0	-	-	-	-
Nao respondeu.....	1	1,6	-	-	-	-	1	5,0	-	-	-	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 11

**DIFICULDADE INDICADA COMO A MAIS IMPORTANTE
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR
PARA O EXERCÍCIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - 1993**



Obs.: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade a soma dos valores ultrapassa 100% FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 11

**DIFICULDADE INDICADA COMO A MAIS IMPORTANTE
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR
PARA O EXERCÍCIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - 1993**

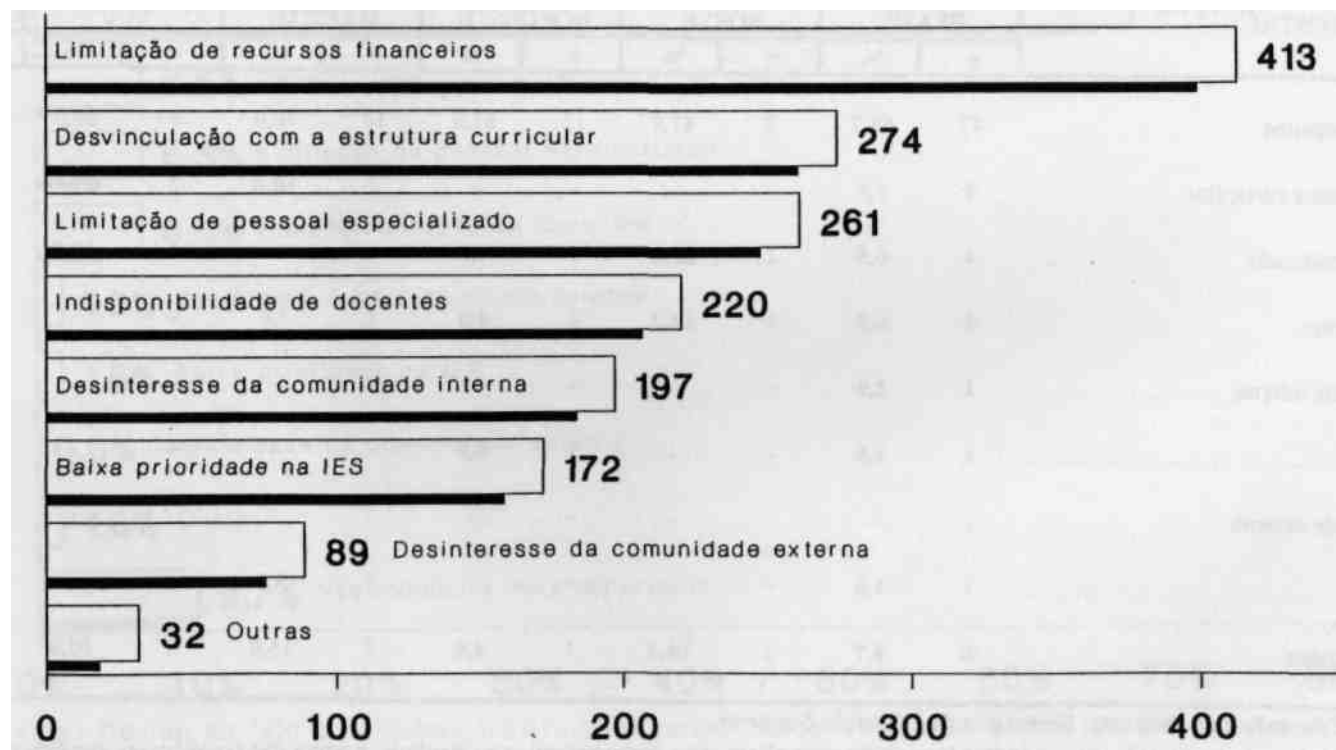
RESPOSTAS	BRASIL		REGIAO NORTE		REGIÃO NORDESTE		REGIAO SUDESTE		REGIAO SUL		REGIÃO CENTRO-OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Limitação de recursos financeiros	42	67,7	3	42,9	17	81,0	14	70,0	6	60,0	2	50,0
Desvinculação com a estrutura curricular	4	6,5	-	-	-	-	2	10,0	2	20,0	-	-
Limitação de pessoal especializado	4	6,5	2	28,6	1	4,8	-	-	1	10,0	-	-
Indisponibilidade de docentes	4	6,5	1	14,3	1	4,8	1	5,0	-	-	1	25,0
Desinteresse da comunidade interna	1	1,6	-	-	-	-	-	-	-	-	1	25,0
Baixa prioridade na I.E.S	1	1,6	-	-	1	4,8	-	-	-	-	-	-
Desinteresse da comunidade externa.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	1	1,6	-	-	-	-	1	5,0	-	-	-	-
Não indicou a niais importante	6	9,7	1	14,3	1	4,8	3	15,0	1	10,0	-	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade, a soma das freqüências absolutas bem como dos valores percentuais ultrapassam o tamanho da amostra e os 100%, respectivamente.

Gráfico 12

**PRINCIPAIS DIFICULDADES INDICADAS
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR
PARA O EXERCÍCIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
DEFINIDAS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE PESOS - 1993**



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 12

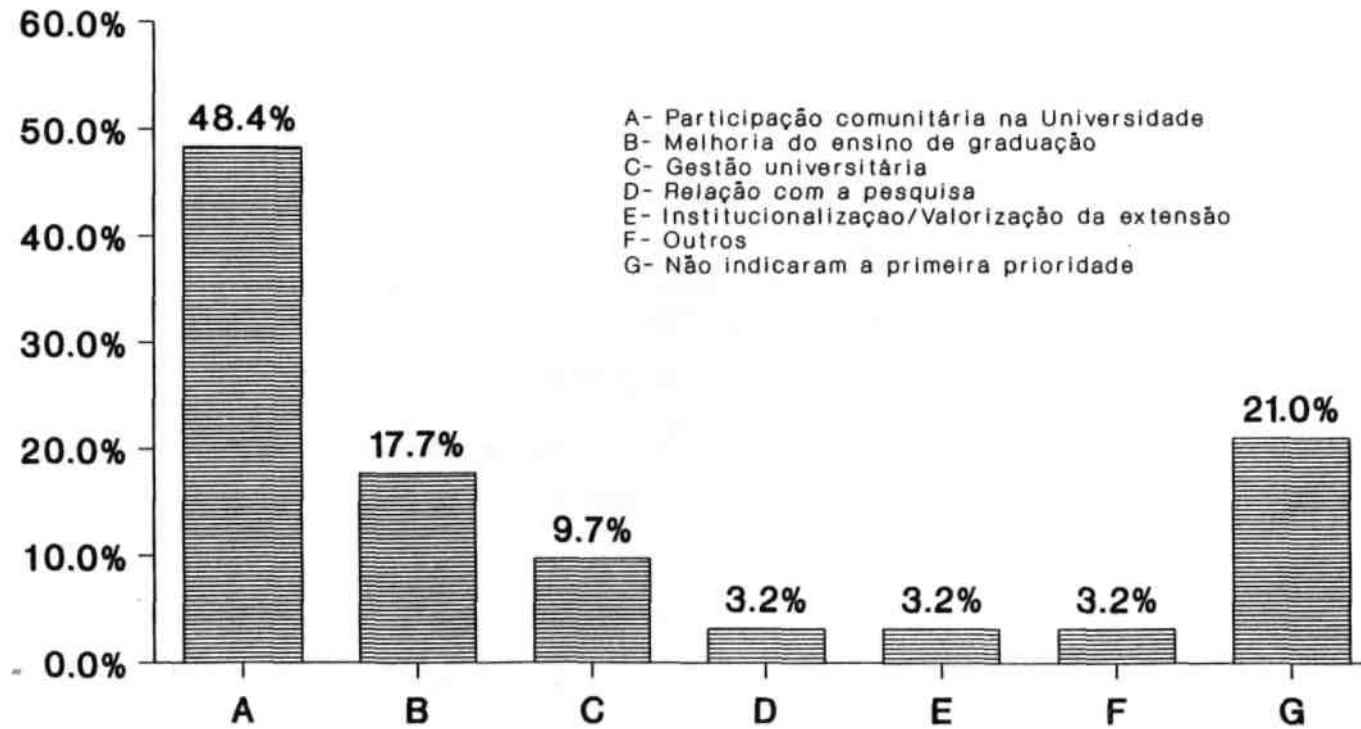
**PRINCIPAIS DIFICULDADES INDICADAS
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR
PARA O EXERCÍCIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
DEFINIDAS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DE PESOS - 1993**

RESPOSTA	BRASIL		REGIAO NORTE		REGIÃO NORDESTE		REGIÃO SUDESTE		REGIAO SUL		REGIAO CENTRO-OESTE	
	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO	VALOR	POSIÇÃO
Limitação de recursos financeiros.....	413	1°	45	1°	155	2°	128	1°	66	1°	19	3"
Desvinculação com a estrutura curricular.....	274	2°	28	3°	224	1°	92	2°	50	3°	19	3°
Limitação de pessoal especializado.....	261	3°	35	2°	99	4°	71	3°	62	2°	20	2°
Indisponibilidade de docentes.....	220	4°	17	6'	56	6°	70	4°	46	4°	24	1°
Desinteresse da comunidade interna.....	197	5°	24	4°	57	5°	58	6"	41	5°	17	4°
Baixa prioridade na I.E.S.....	172	6°	21	5"	139	3°	66	5°	26	6°	19	3°
Desinteresse da comunidade externa.....	89	V	14	7°	28	7°	27	7"	18	7°	2	5°
Outras.....	32	8°	7	8°	2	8°	20	8°	2	8°	1	6°

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 13

**AVANÇOS CONSEGUIDOS INTERNAMENTE
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR
COM O EXERCÍCIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
INDICADOS COMO PRIMEIRA PRIORIDADE**



Obs.: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade, a soma dos valores percentuais ultrapassa 100%.

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 13

**AVANÇOS CONSEGUIDOS INTERNAMENTE PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR
COM O EXERCÍCIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
INDICADOS COMO PRIMEIRA PRIORIDADE**

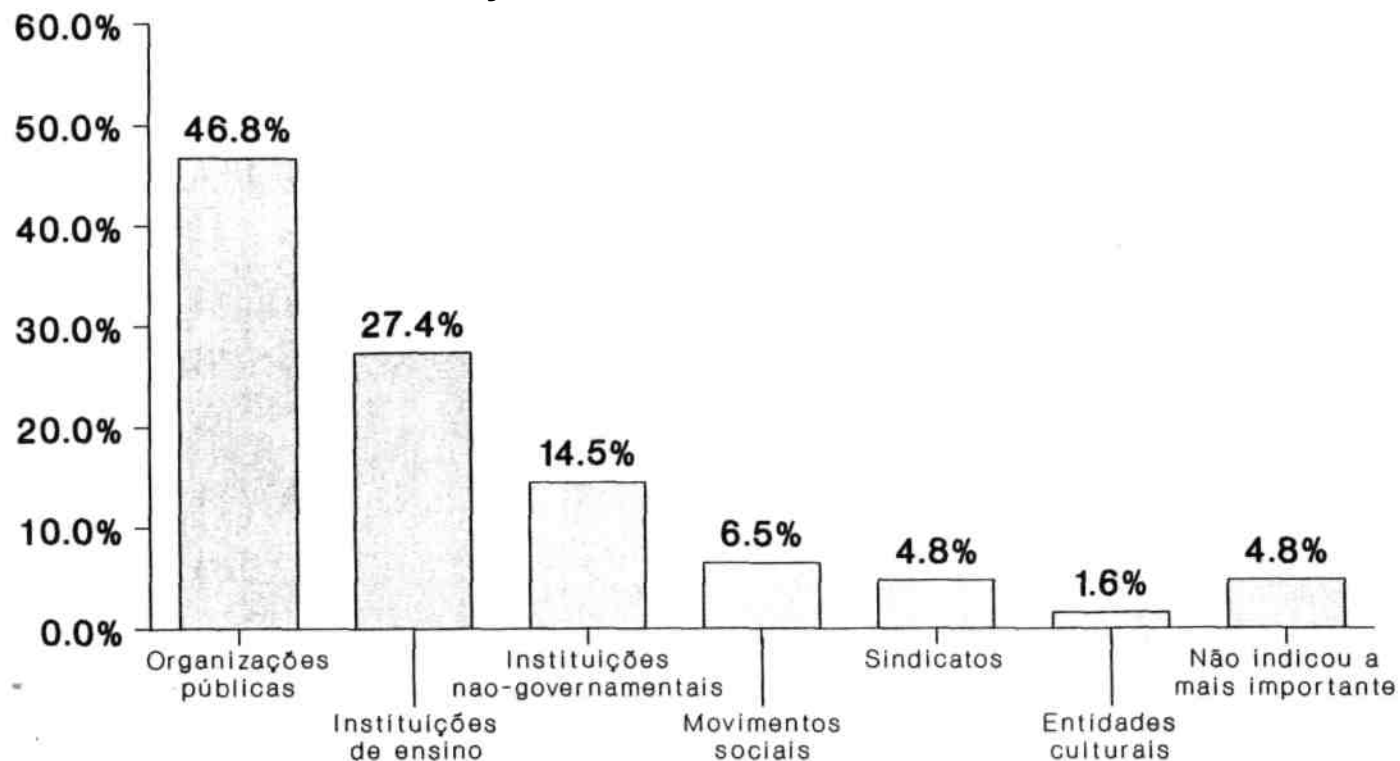
RESPOSTAS	BRASIL		REGIAO NORTE		REGIÃO NORDESTE		REGIAO SUDESTE		REGIÃO SUL		REGIAO CENTRO-OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
A- Participação comunitária na Universidade.....	30	48,4	3	42,9	10	47,6	9	45,0	5	50,0	3	75,0
B- Melhoria do ensino de graduação	11	17,7	4	57,1	3	143	1	5,0	3	30,0	-	
C- Gestão universitária.....	6	9,7	1	143	1	4,8	2	10,0	1	10,0	1	25,0
D- Relação com a pesquisa.....	2	3,2	-		2	9,5	-		-		-	
E- Institucionalização / valorização da Extensão.....	2	3,2	-		-		1	5,0	-		1	25,0
F- Outras	2	3,2	-		1	4,8	-		2	20,0	-	
G- Não indicaram a primeira prioridade.....	13	21,0	1	143	4	19,0	7	35,0	1	10,0	-	

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: Devido ao fato de algumas instituições terem indicado mais de uma alternativa como primeira prioridade, a soma das frequências absolutas bem como dos valores percentuais ultrapassam o tamanho da amostra e os 100%, respectivamente.

Gráfico 14

**PARCERIA CONSOLIDADA EXTERNAMENTE COM O EXERCÍCIO DA
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, ASSINALADA COMO A MAIS IMPORTANTE
PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Em virtude de a questão admitir mais de uma resposta, a soma dos valores ultrapassa 100%. FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 14

**PARCERIA CONSOLIDADA EXTERNAMENTE COM O EXERCÍCIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA,
ASSINALADA COMO A MAIS IMPORTANTE PELAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

RESPOSTAS	BRASIL		REGIAO NORTE		REGIAO NORDESTE		REGIAO SUDESTE		REGIÃO SUL		REGIAO CENTRO-OESTE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Organizações públicas	29	46,8	4	57,1	10	47,6	7	35,0	5	50,0	3	75,0
Instituições de ensino	17	27,4	3	42,9	8	38,1	5	25,0	1	10,0	-	-
Instituições não-governamentais.....	9	14,5	-	-	-	-	6	30,0	2	20,0	1	25,0
Movimentos sociais.....	4	6,5	-	-	4	19,0	-	-	2	20,0	-	-
Sindicatos	3	4,8	-	-	1	4,8	2	10,0	-	-	-	-
Entidades culturais.....	1	1,6	-	-	-	-	1	5,0	-	-	-	-
Não indicou a mais importante	3	4,8	-	-	2	9,5	1	5,0	-	-	-	-

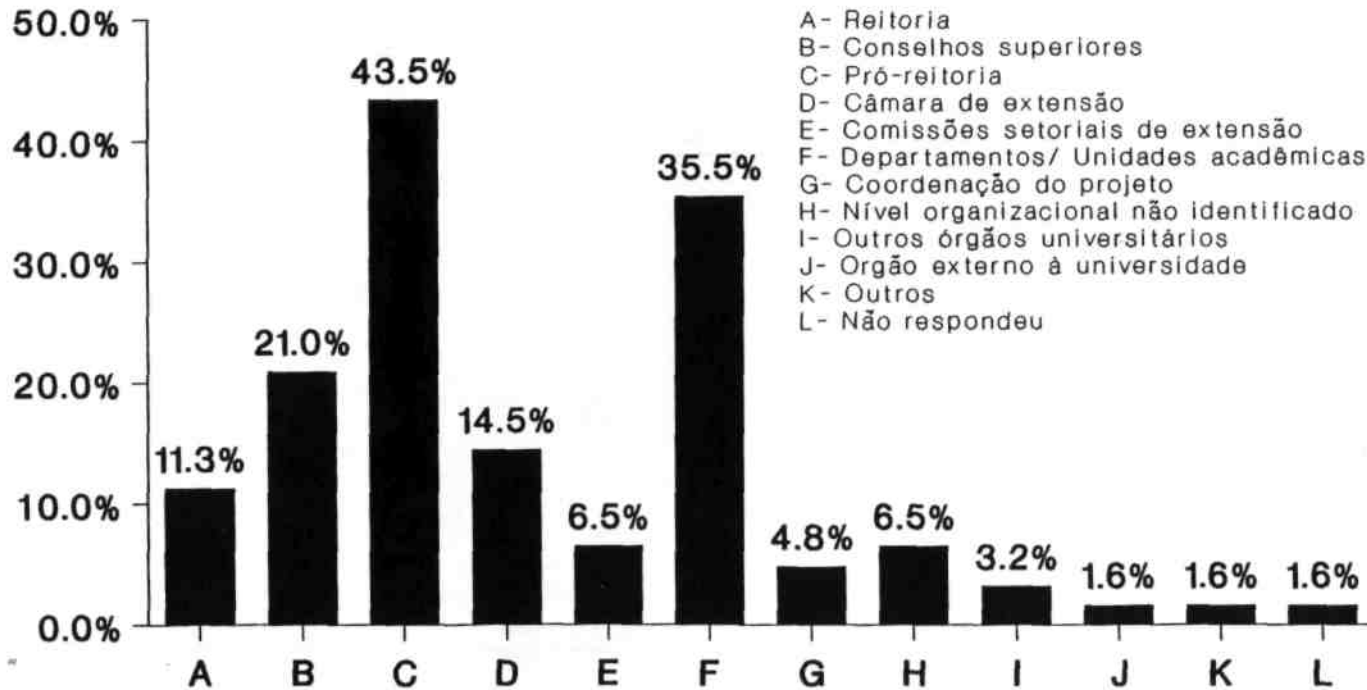
FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 15

**INSTANCIA À QUAL CABE A DECISÃO SOBRE AS
AÇÕES EXTENSIONISTAS NAS INSTITUIÇÕES
PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR**

1993



Obs.: Em virtude de a questão admitir "mais de uma resposta", a soma dos valores ultrapassa 100%.

FONTE; Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 15

**INSTÂNCIA À QUAL CABE A DECISÃO SOBRE AS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

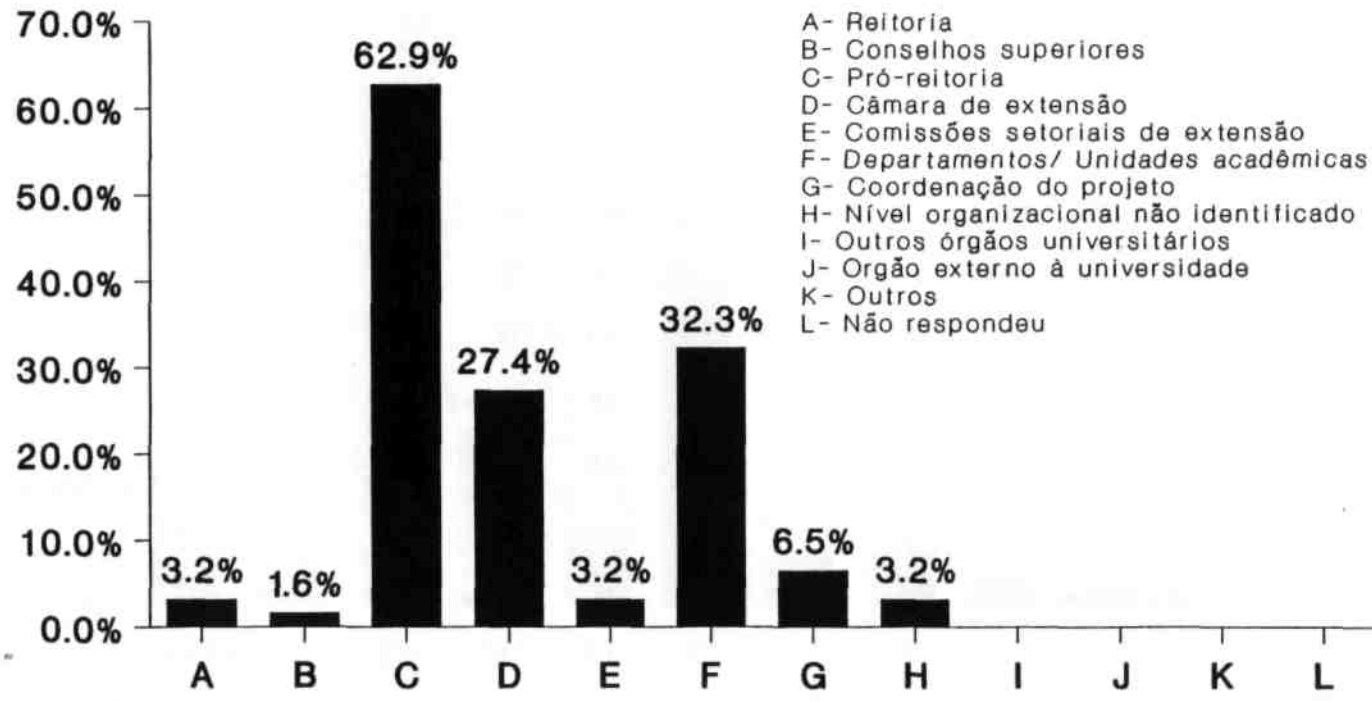
INSTÂNCIA	BRASIL		FEDERAL		ESTADUAL	
	n	%	n	%	n	%
A- Reitoria	7	113	2	5,1	5	21,7
B- Conselhos Superiores	13	21,0	7	17,9	6	26,1
C- Pró-Reitoria	27	43,5	16	41,0	11	47,8
D- Câmara de Extensão	9	14,5	6	15,4	3	13,0
E- Comissão Setorial de Extensão	4	6,5	2	5,1	2	8,7
F- Departamentos / Unidades Acadêmicas	22	35,5	15	38,5	7	30,4
G- Coordenação do Projeto	3	4,8	2	5,1	1	4,3
H- Nivel organizacional não identificado	4	6,5	2	5,1	2	8,7
I- Outros órgãos universitários	2	3,4	1	2,6	1	4,3
J- Órgão externo à universidade	1	1,6	-	-	1	4,3
K- Outros	1	1,6	-	-	1	4,3
L- Não respondeu	1	1,6	-	-	1	4,3

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 16

**INSTANCIA À QUAL CABE A COORDENAÇÃO
DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Em virtude de a questão admitir mais de uma resposta, a soma dos valores ultrapassa 100%. FONTE:

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Superior

Tabela 16

INSTÂNCIA À QUAL CABE A COORDENAÇÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993

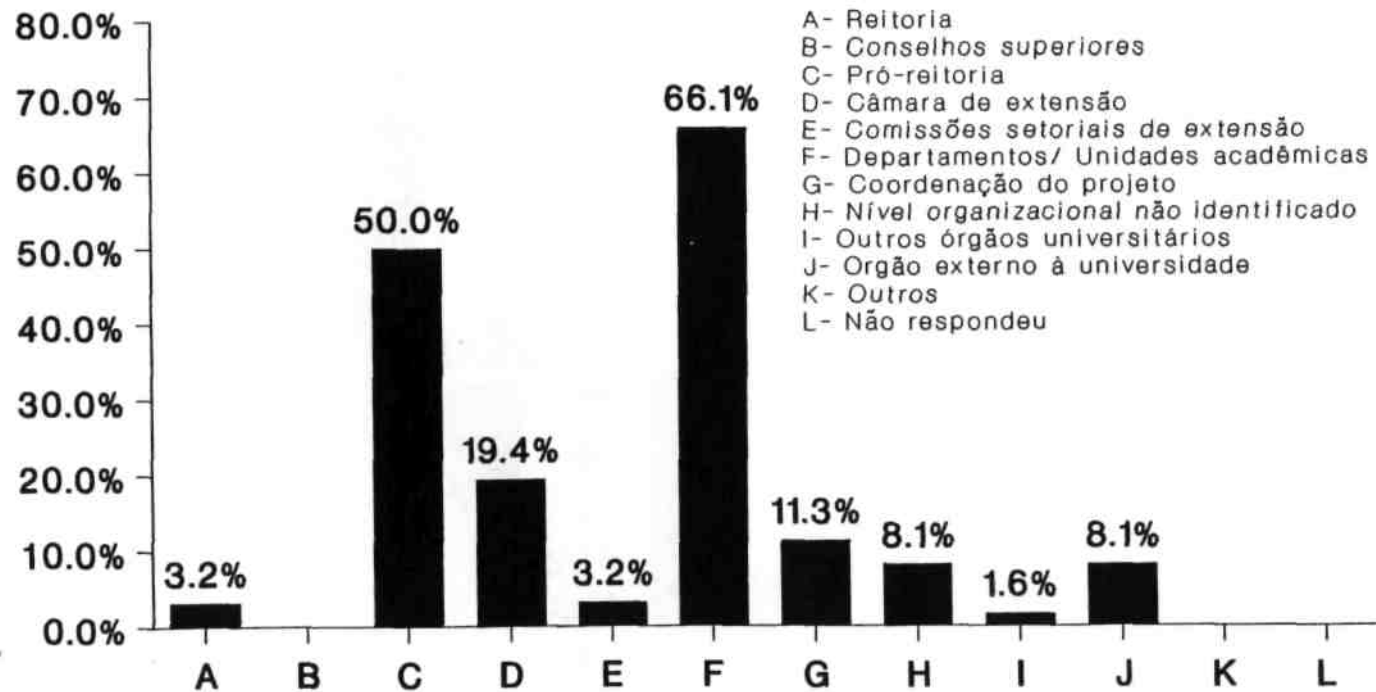
INSTÂNCIA	BRASIL		FEDERAL		ESTADUAL	
	n	%	n	%	n	%
A- Reitoria	2	3,2	1	2,6	1	4,3
B- Conselhos Superiores	1	1,6	1	2,6	-	-
C- Pró-Reitoria	39	62,9	24	61,5	15	65,2
D- Câmara de Extensão	17	27,4	11	28,2	6	26,1
E- Comissão Setorial de Extensão	2	3,2	-	-	2	8,7
F- Departamentos / Unidades Acadêmicas	20	32,3	14	35,9	6	26,1
G- Coordenação do Projeto	4	6,5	3	7,7	1	4,3
H- Nível organizacional não identificado	2	3,2	1	2,6	1	4,3
I- Outros órgãos universitários	-	-	-	-	-	-
J- Órgão externo à universidade	-	-	-	-	-	-
K- Outros	-	-	-	-	-	-
L- Não respondeu	-	-	-	-	-	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das freqüências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 17

**INSTANCIA À QUAL CABE O PLANEJAMENTO
DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Em virtude de a questão admitir mais de uma resposta, a soma dos valores ultrapassa 100%. FONTE:

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 17**INSTÂNCIA À QUAL CABE O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

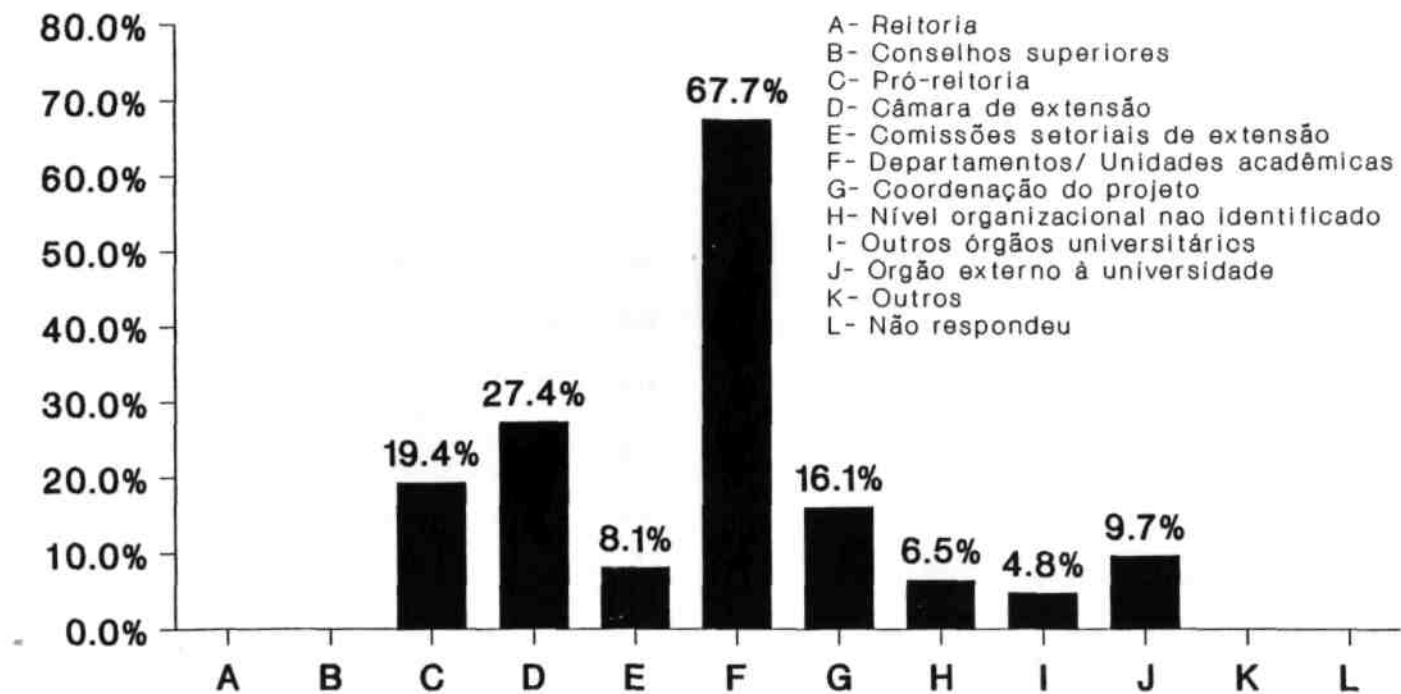
INSTÂNCIA	BRASIL		FEDERAL		ESTADUAL	
	n	0/n	n	%	n	%
A- Reitoria	2	3,2	1	2,6	1	4,3
B- Conselhos Superiores	-	-	-	-	-	-
C- Pró-Reitoria	31	50,0	20	51,3	11	47,8
D- Câmara de Extensão	12	19,4	10	25,6	2	8,7
E- Comissão Setorial de Extensão	2	3,2	1	2,6	1	4,3
F- Departamentos / Unidades Acadêmicas	41	66,1	28	71,8	13	56,5
G- Coordenação do Projeto	7	11,3	4	10,3	3	13,0
H- Nível organizacional não identificado	5	8,1	4	10,3	1	4,3
I- Outros órgãos universitários	1	1,6	-	-	1	4,3
J- Órgão externo à universidade	5	8,1	1	2,6	4	17,4
K- Outros	-	-	-	-	-	-
L- Não respondeu	-	-	-	-	-	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 18

**INSTÂNCIA À QUAL CABE A EXECUÇÃO
DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Em virtude de a questão admitir mais de uma resposta, a soma dos valores ultrapassa 100%.

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 18**INSTÂNCIA À QUAL CABE A EXECUÇÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

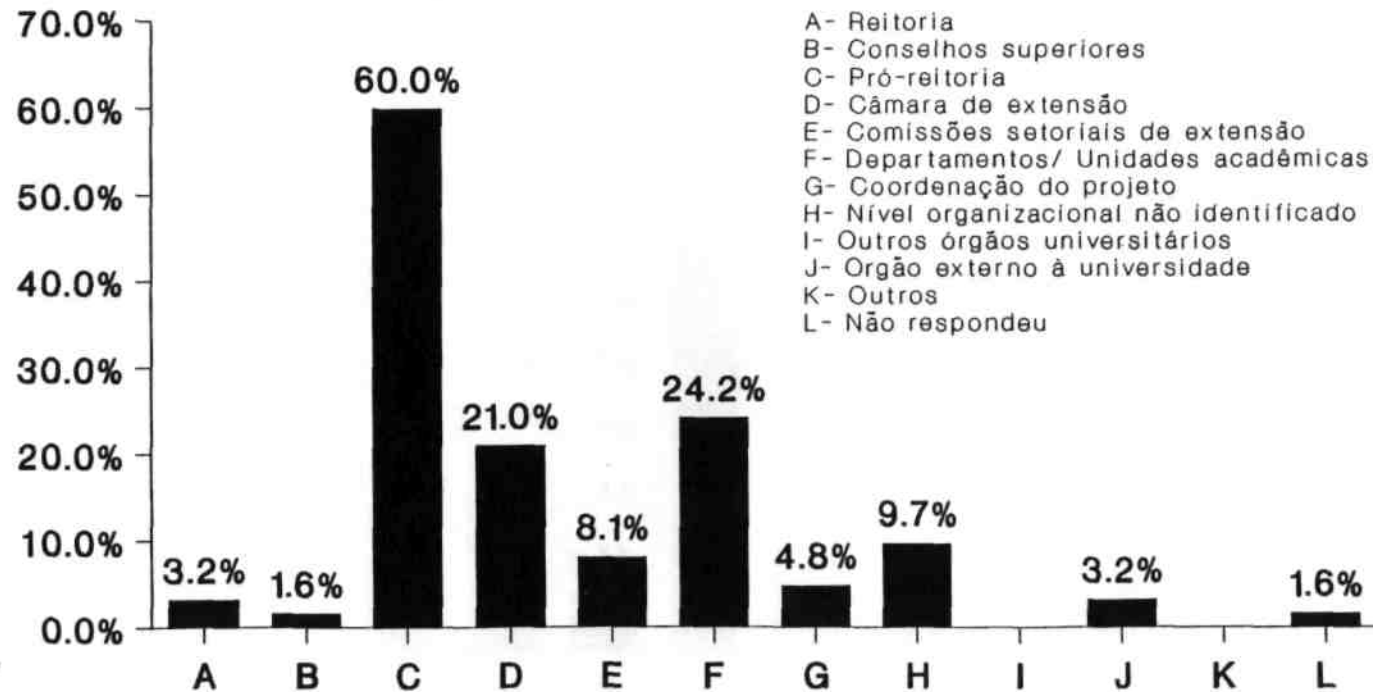
INSTÂNCIA	BRASIL			FEDERAL		ESTADUAL	
	n	!	%	n	%	n	%
A- Reitoria			-	-	-		
B- Conselhos Superiores	-		-	-	-	-	-
C- Pró-Reitoria	12		19,4	7	17,9	5	21,7
D- Câmara de Extensão	17		27,4	9	23,1	8	34,8
E- Comissão Setorial de Extensão	5		8,1	3	7,7	2	8,7
F- Departamentos / Unidades Acadêmicas	42		67,7	27	69,2	15	65,2
G- Coordenação do Projeto	10		16,1	7	17,9	3	13,0
H- Nivel organizacional não identificado	4		6,5	2	5,1	2	8,7
I- Outros órgãos universitários	3		4,8	3	7,7	-	-
J- Órgão externo à universidade	6		9,7	1	2,6	5	21,7
K- Outros	-		-	-	-	-	-
L- Não respondeu	-		-	-	-	-	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 19

**INSTANCIA A QUAL CABE A SUPERVISÃO
SOBRE AS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Em virtude de a questão admitir mais de uma resposta, a soma dos valores ultrapassa 100%. FONTE:

Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 19

**INSTÂNCIA À QUAL CABE A SUPERVISÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

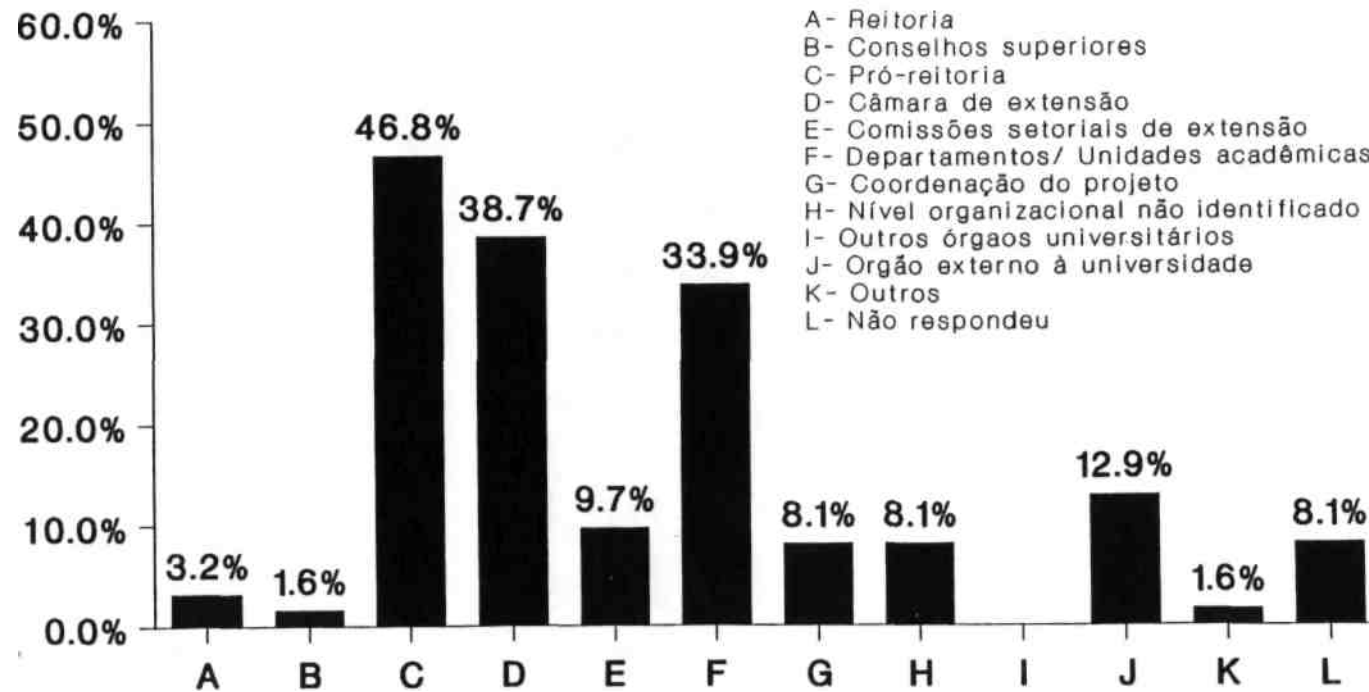
INSTÂNCIA	BRASIL		FEDERAL		ESTADUAL	
	n	%	n	%	n	%
A- Reitoria	2	3,2	2	5,1	-	-
B- Conselhos Superiores	1	1,6	1	2,6	-	-
C- Pró-Reitoria	37	59,7	20	51,3	17	73,9
D- Câmara de Extensão	18	29,0	12	30,8	6	26,1
E- Comissão Setorial de Extensão	5	8,1	2	5,1	3	13,0
F- Departamentos / Unidades Acadêmicas	15	24,2	8	20,5	7	30,4
G- Coordenação do Projeto	3	4,8	3	7,7	-	-
H- Nível organizacional não identificado	6	9,7	5	12,8	1	4,3
I- Outros órgãos universitários	-	-	-	-	-	-
J- Órgão externo à universidade	2	3,2	-	-	2	8,7
K- Outros	-	-	-	-	-	-
L- Não respondeu	1	1,6	-	-	1	4,3

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 20

**INSTANCIA A QUAL CABE A AVALIAÇÃO
DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**



Obs.: Em virtude de a questão admitir mais de uma resposta, a soma dos valores ultrapassa 100%. FONTE; Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 20**INSTÂNCIA À QUAL CABE A AVALIAÇÃO DAS AÇÕES EXTENSIONISTAS
NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR - 1993**

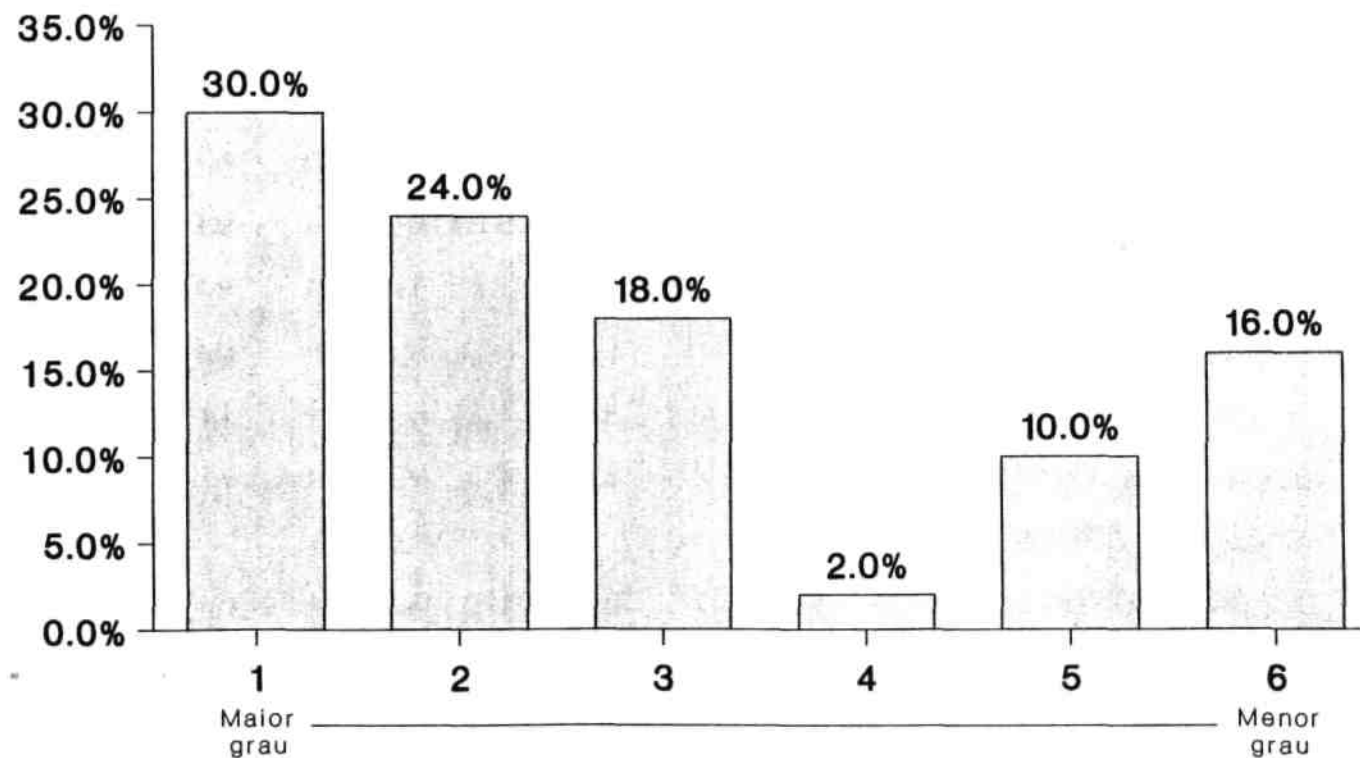
INSTÂNCIA	BRASIL		FEDERAL		ESTADUAL	
	n	0/0	n	0/0	n	0/0
A- Reitoria	2	3,2	1	2,6	1	4,3
B- Conselhos Superiores	1	1,6	-	-	1	4,3
C- Pró-Reitoria	29	46,8	15	38,5	14	60,9
D- Câmara de Extensão	24	38,7	18	46,2	6	26,1
E- Comissão Setorial de Extensão	6	9,7	1	2,6	5	21,7
F- Departamentos / Unidades Acadêmicas	21	33,9	11	28,2	10	43,5
G- Coordenação do Projeto	5	8,1	4	10,3	1	4,3
H- Nível organizacional não identificado	5	8,1	4	10,3	1	4,3
I- Outros órgãos universitários	-	-	-	-	-	-
J- Órgão externo à universidade	8	12,9	4	10,3	4	17,4
K- Outros	1	1,6	1	2,6	-	-
L- Não respondeu	5	8,1	3	7,7	2	8,7

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

NOTA: A soma das frequências absolutas, bem como a dos valores percentuais calculados, ultrapassa o tamanho da amostra e os 100% respectivamente, em virtude de a questão que ensejou a tabela admitir respostas múltiplas.

Gráfico 21

**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL NA
DECISÃO DO PROGRAMA - 1993**



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 21

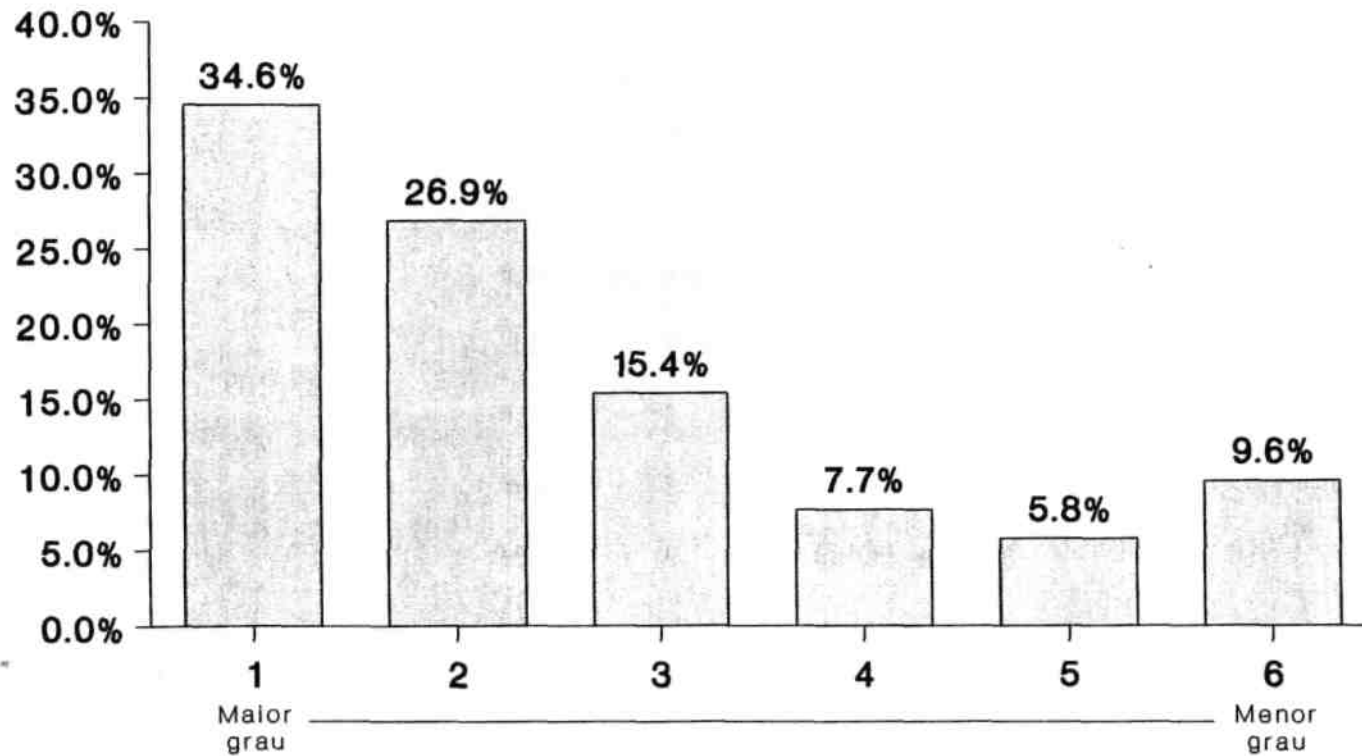
**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NA DECISÃO DO PROGRAMA - 1993**

GRAUS	n	%
1	15	30,0
2	12	24,0
3	9	18,0
4	1	2,0
5	5	10,0
6	8	16,0
Subtotal	50	100,0
Não respondeu	12	-
Total	62	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 22

**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA - 1993**



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 22

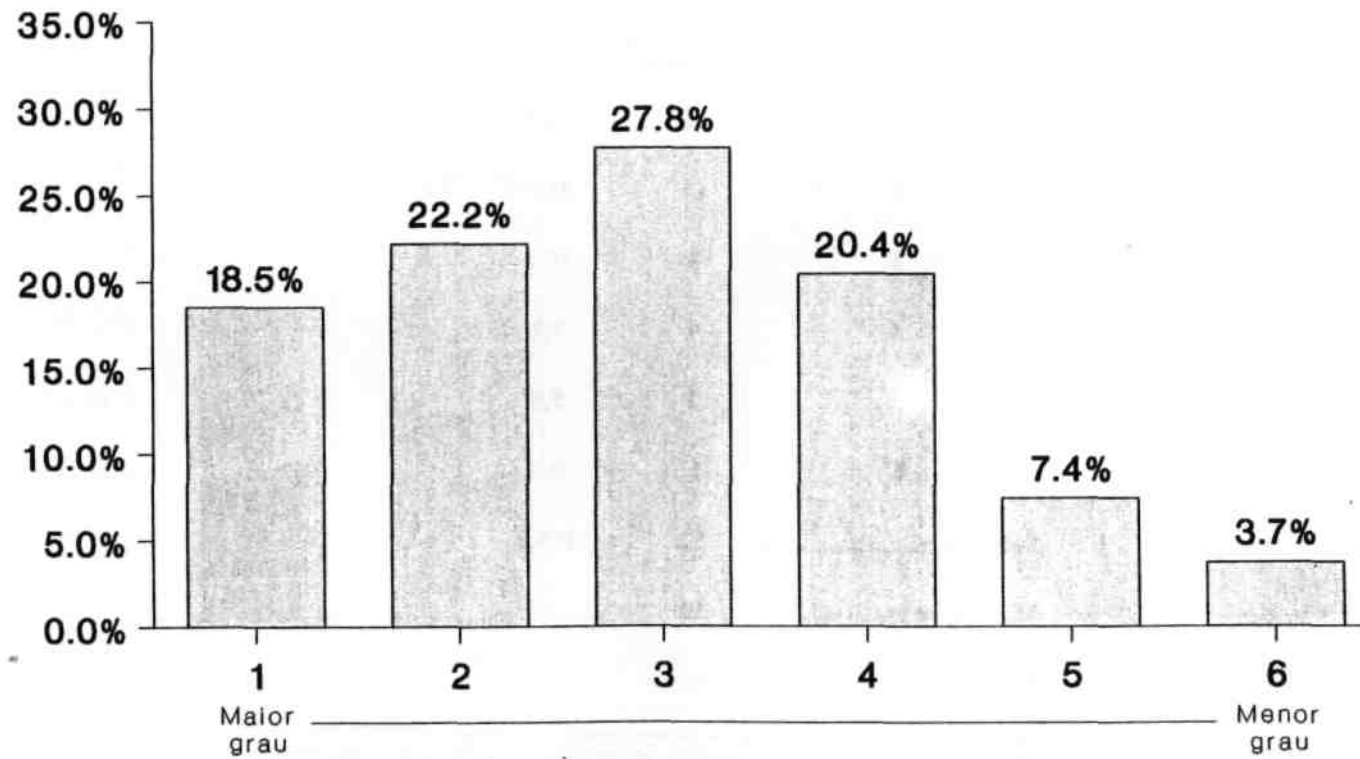
**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NA CONCEPÇÃO DO PROGRAMA - 1993**

GRAUS	n	%
1	18	34,6
2	14	26,9
3	8	15,4
4	4	7,7
5	3	5,8
6	5	9,6
Subtotal	52	100,0
Não respondeu	10	-
Total	62	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 23

**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL NO
PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES - 1993**



FONTE; Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 23

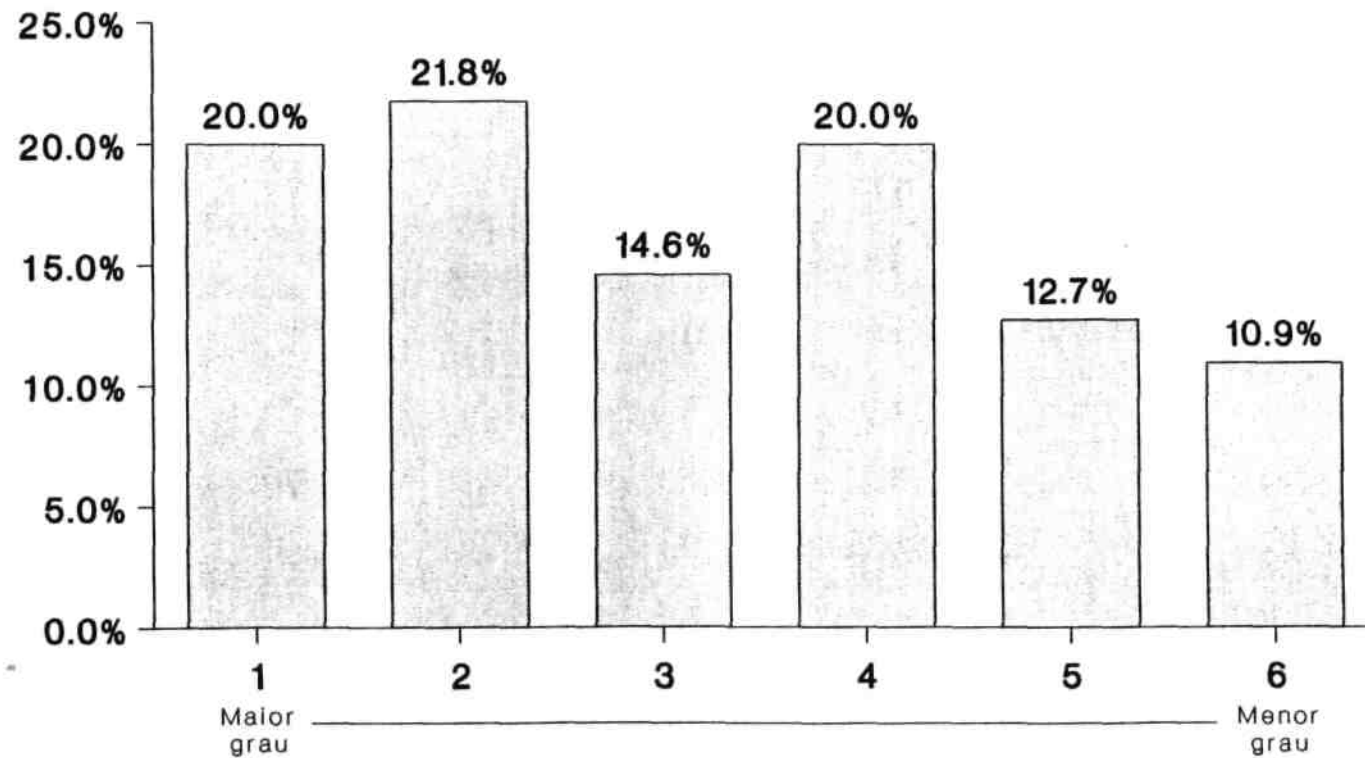
**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NO PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES - 1993**

GRAUS	n	%
1	10	18,5
2	12	22,2
3	15	27,8
4	11	20,4
5	4	7,4
6	2	3,7
Subtotal	54	100,0
Não respondeu	8	-
Total.....	62	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 24

**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NA EXECUÇÃO - 1993**



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 24

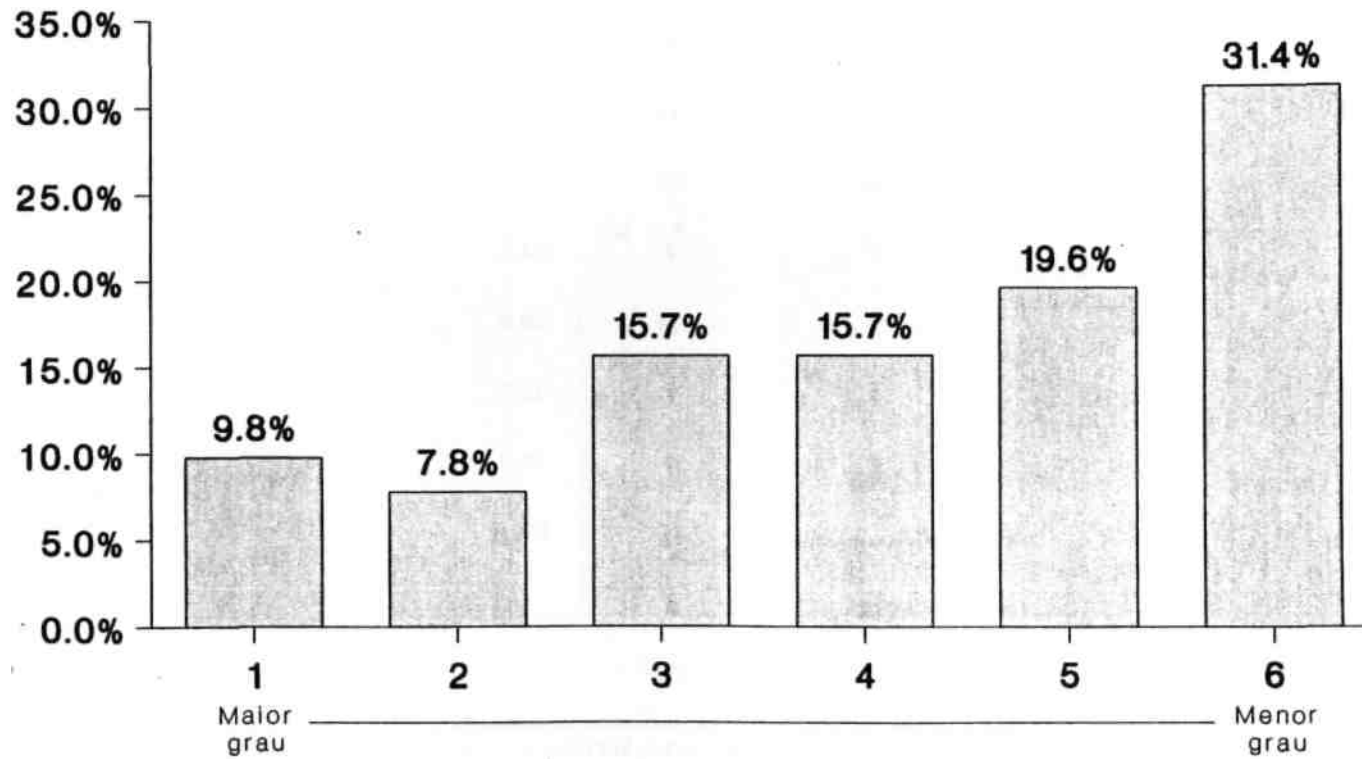
GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL NA EXECUÇÃO - 1993

GRAUS		∏	%
1		11	20,0
2		12	21,8
3		8	14,6
4		11	20,0
5		7	12,7
6		6	10,9
Subtotal		55	100,0
Não respondeu.....		7	-
Total		62	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 25

**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NA AVALIAÇÃO - 1993**



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 25

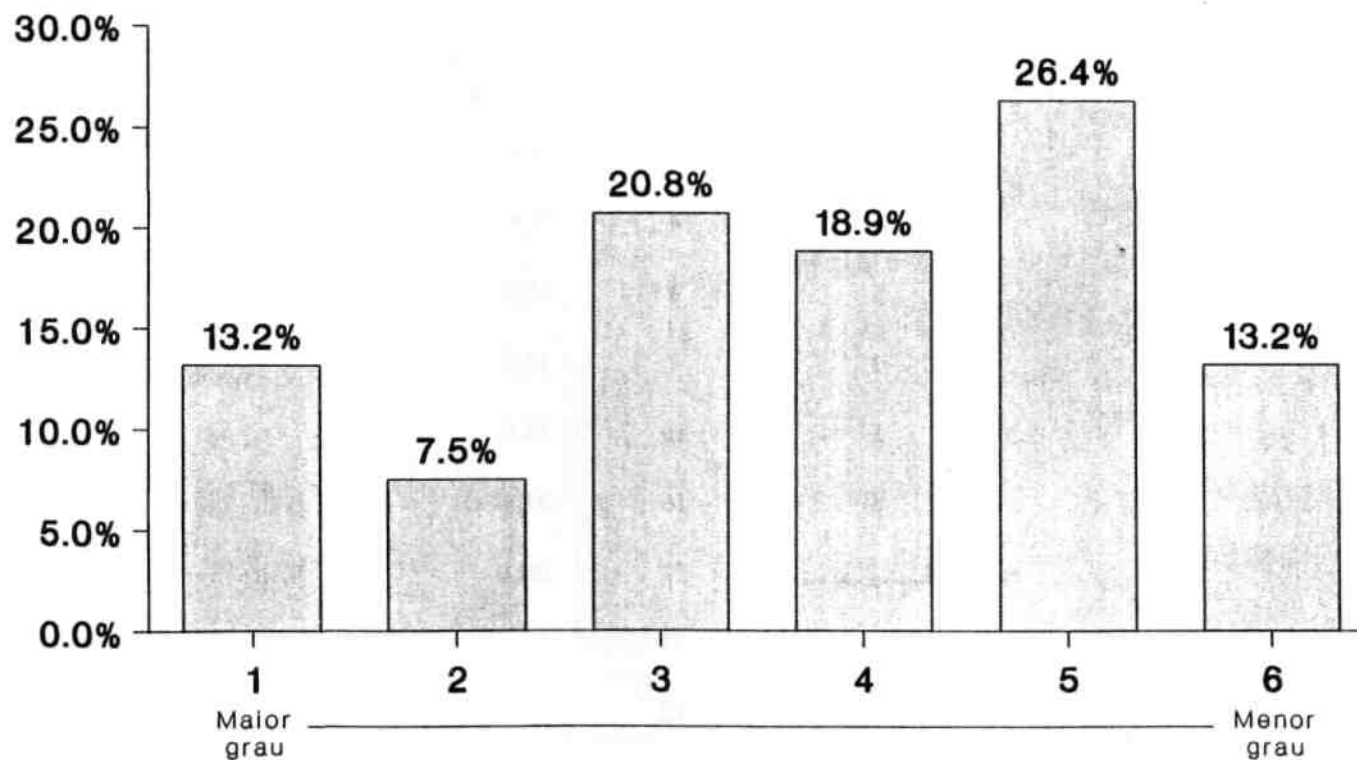
**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NA AVALIAÇÃO - 1993**

GRAUS	n	%
1	5	9,8
2	4	7,8
3	8	15,7
4	8	15,7
5	10	19,6
6	16	31,4
Subtotal	51	100,0
Não respondeu	11	
Total	62	

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 26

**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NO ACOMPANHAMENTO - 1993**



FONTE; Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 26

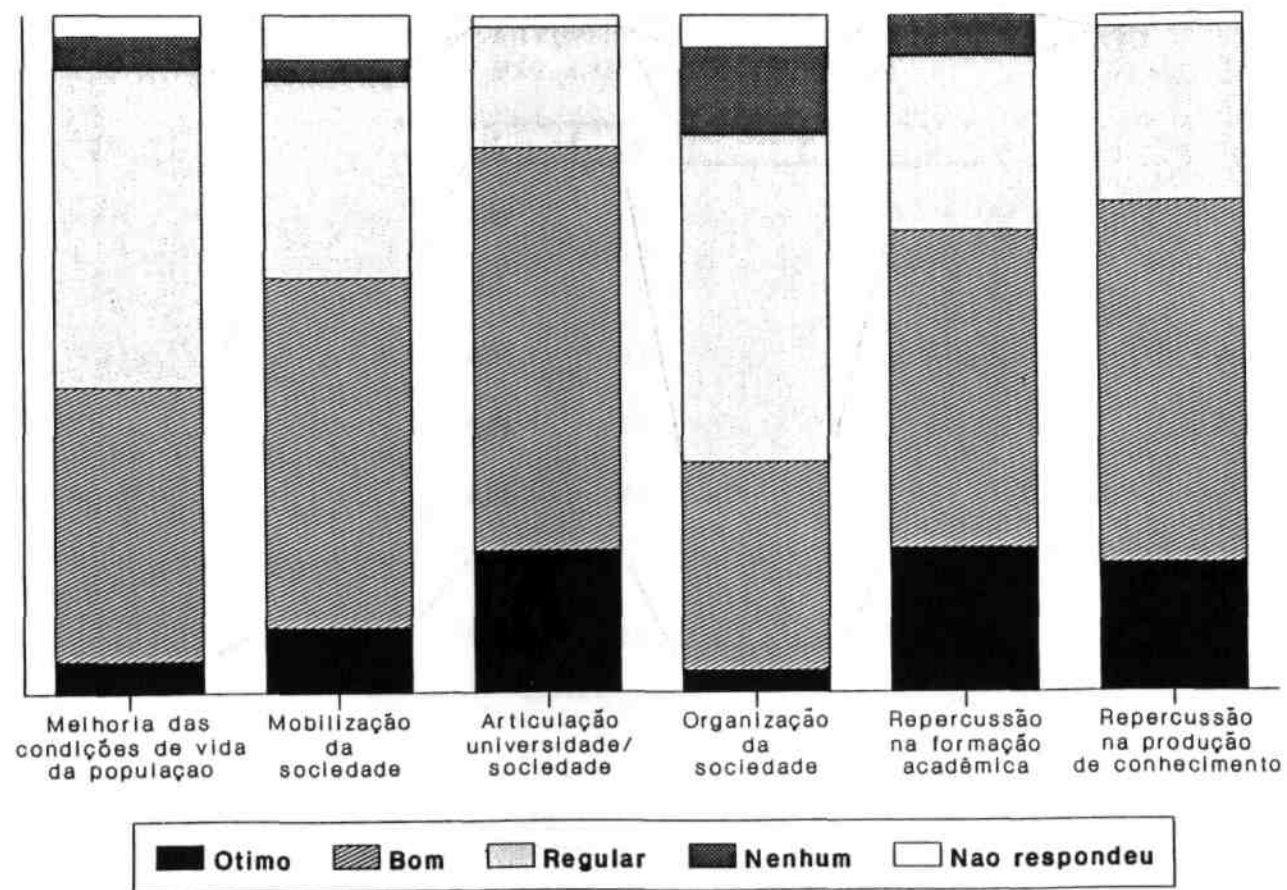
**GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS ORGANISMOS DA SOCIEDADE CIVIL
NO ACOMPANHAMENTO - 1993**

	GRAUS	n	%
1		7	13,2
2		4	7,5
3		11	20,8
4		10	18,9
5		14	26,4
6		7	13,2
Subtotal		53	100,0
Não respondeu		9	-
Total		62	-

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Gráfico 27

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS
PELA AÇÃO EXTENSIONISTA, SEGUNDO
OS INDICADORES CONSIDERADOS**



FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Tabela 27

**AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS PELA AÇÃO EXTENSIONISTA,
SEGUNDO OS INDICADORES CONSIDERADOS - 1993**

AVALIAÇÃO	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO		MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE		INDIC ARTICULAÇÃO UNIVERSIDADE/ SOCIEDADE		ADOR ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE		REPERCUSSÃO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA		REPERCUSSÃO NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Ótimo.....	3	4,8	6	9,7	13	21,0	2	3,2	14	22,6	11	17,7
Bom.....	25	40,4	32	51,6	37	59,7	19	30,7	31	50,0	31	50,0
Regular	29	46,8	18	29,0	11	17,7	30	48,4	17	27,4	15	24,2
Nenhum	3	4,8	2	3,2	-		8	12,9	-		4	6,5
Não respondeu.....	2	3,2	4	6,5	1	1,6	3	4,8	-		1	1,6
Total.....	62	100,0	62	100,0	62	100,0	62	100,0	62	100,0	62	100,0

FONTE: Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Superior

Anexo 1

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO SUPERIOR CONSTANTES DO LEVANTAMENTO

	Nome	sigla	dependencia administrativa	natureza
Região Norte				
01	- Faculdade de Ciências Agrárias do Pará	FCAP	federal	estabelecimento isolado
02	- Fundação Educacional do Estado do Pará	FEP	estadual	fundação de direito público
03	- Fundação Universidade Federal do Amapá	FUNIFAP	federal	fundação de direito público
04	- Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	federal	fundação de direito público
05	- Universidade Federal do Acre	UFAC	federal	universidade
06	- Universidade Federal do Pará	UFPA	federal	universidade
07	- Universidade Federal de Roraima	UFRR	federal	universidade
Região Nordeste				
08	- Escola Superior de Agricultura de Mossoró	ESAM	federal	estabelecimento isolado
09	- Fundação Universidade Federal de Sergipe	FUFS	federal	fundação de direito público
10	- Universidade do Estado da Bahia	UNEB	estadual	universidade
11	- Universidade Estadual do Ceará	UECE	estadual	universidade
12	- Universidade Estadual de Feira de Santana	UEFS	estadual	universidade
13	- Universidade Estadual do Maranhão	UEMA	estadual	universidade
14	- Universidade Estadual da Paraíba	URNE	estadual	universidade
15	- Universidade Estadual do Piauí	UESPI	estadual	universidade
16	- Universidade Estadual de Santa Cruz	UESC	estadual	universidade
17	- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia	UESB	estadual	universidade fundação de
18	- Universidade Estadual Vale do Acaraú	UVA	estadual	direito público
19	- Universidade Federal do Maranhão	UFMA	federal	universidade

	Nome	sigla	dependência administrativa	natureza
20-	Universidade Federal da Bahia	UFBA	federal	universidade
21 -	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	federal	universidade
22-	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	federal	universidade
23-	Universidade Federal do Piauí	UFPI	federal	universidade
24-	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	federal	universidade
25-	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	estadual	universidade
26-	Universidade de Pernambuco	UPE	estadual	universidade
27-	Universidade Regional do Cariri	URCA	estadual	universidade
28-	Universidade Regional do Rio Grande do Norte	FURRN	estadual	fundação de direito público
Região Sudeste				
29-	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas	EFOA	federal	estabelecimento isolado
30-	Escola Paulista de Medicina	EPM	federal	estabelecimento isolado
31 -	Escola Superior de Agricultura de Lavras	ESAL	federal	estabelecimento isolado
32-	Universidade do Estado de Minas Gerais	UEMG	estadual	universidade
33-	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	UERJ	estadual	universidade
34-	Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	estadual	universidade
35-	Universidade Estadual Paulista	UNESP	estadual	universidade
36-	Fundação de Ensino Superior de São João del Rei	FUNREI	federal	estabelecimento isolado
37-	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	federal	universidade
38-	Universidade Federal Fluminense	UFF	federal	universidade
39-	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	federal	universidade
40-	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	federal	universidade
41 -	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	federal	universidade
42-	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	federal	universidade

	Nome	sigla	dependência administrativa	natureza
43	- Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	federal	universidade
44	- Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	federal	universidade
45	- Universidade Federal de Uberlândia	UFU	federal	universidade
46	- Universidade Federal de Viçosa	UFV	federal	universidade
47	- Universidade do Rio de Janeiro	UNI-RIO	federal	universidade
48	- Universidade de São Paulo	USP	estadual	universidade
Região Sul				
49	- Fundação Universidade Estadual de Maringá	FUEM	estadual	universidade fundação de
50	- Fundação Universidade do Rio Grande	FURG	federal	direito público universidade
51	- Universidade Estadual de Londrina	UEL	estadual	universidade universidade
52	- Universidade Estadual de Ponta Grossa	UEPG	estadual	universidade universidade
53	- Universidade do Estado de Santa Catarina	UESC	estadual	universidade universidade
54	- Universidade Federal do Paraná	UFPR	federal	universidade
55	- Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	federal	
56	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	federal	
57	• Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	federal	
58	- Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	federal	
Região Centro-Oeste				
59	- Universidade de Brasília	UNB	federal	universidade
60	- Universidade Federal de Goiás	UFG	federal	universidade
61	- Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	federal	universidade
62	- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	federal	universidade

Programa de Fomento à Extensão Universitária - 1995

1) INTRODUÇÃO.....

A Extensão como prática acadêmica visa interligar as atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, procurando assegurar o compromisso social da Universidade. Ressalte-se que, pelas especificações desta prática acadêmica, as ações da Universidade não podem substituir as responsabilidades governamentais. As atividades relacionadas ao processo de rompimento com diferentes níveis de dependência econômica, cultural e política devem ser priorizadas, como elementos essenciais para a construção da cidadania, numa sociedade justa e democrática. Tendo como parâmetro o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é fundamental dimensionar as relações que se estabelecem ou que devem se estabelecer entre ensino/extensão, e pesquisa/extensão no cotidiano da vida acadêmica. A relação ensino/extensão supõe transformações substantivas no processo pedagógico. Alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender, levando à democratização e à socialização do saber acadêmico e estabelecendo uma dinâmica de intercâmbio e participação

das comunidades interna e externa na vida universitária.

A relação pesquisa/extensão ocorre no momento em que a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade.

A Extensão, como via efetiva de interação entre a Universidade e a Sociedade, constitui-se elemento capaz de operacionalizar a relação teoria/prática.

Considerando que o desenvolvimento da Extensão Universitária é fundamental para a vitalidade do processo acadêmico nas CES, o MEC, através da SESu, resolveu constituir uma Comissão de Extensão (Portaria n^o 265 de 01/08/94), composta pelos dirigentes do Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas, pela diretora do Departamento de Política do Ensino Superior da SESu e pelo Chefe da Divisão de Extensão e Graduação, com o objetivo de elaborar diretrizes políticas para o Programa de Fomento à Extensão Universitária.

O MEC, através da SESu, vem garantindo o apoio ao processo de institucionalização da Extensão, consciente de que a sua irreversibilidade só será viável em trabalho conjunto com as instituições de Ensino Superior.

2) CONCEITO DE EXTENSÃO

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, 1987).

3) OBJETIVOS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

3.1 - Articular o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade universitária com interesses e necessidades da sociedade organizada, em todos os níveis (sindicatos, órgãos públicos, empresas, categorias profissionais, organizações populares e outros organismos).

3.2 - Estabelecer mecanismos de integração entre o saber acadêmico e o saber popular, visando uma produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática.

3.3 - Democratizar o conhecimento acadêmico e a participação efetiva da Sociedade na vida da Universidade.

3.4 - Incentivar a prática acadêmica que contribua para o desenvolvimento da consciência social e política, formando profissionais-cidadãos.

3.5 - Participar criticamente das propostas que visem o desenvolvimento regional, econômico, social e cultural.

3.6 - Contribuir para reformulações nas concepções e práticas curriculares.

3.7 - Favorecer a reformulação do conceito de "sala de aula", que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada pela interação recíproca de professores, alunos e sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora dos muros da Universidade.

4) DIRETRIZES PARA A POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....

4.1 - A política de Extensão de cada Universidade, no âmbito interno, deve propiciar a participação da comunidade universitária, privilegiando ações integradas com as administrações públicas (em suas várias instâncias) e com as entidades da sociedade civil.

4.2 - Os Programas institucionais devem ser submetidos à aprovação dos órgãos de deliberação acadêmica de cada IES.

4.3 - Os Programas institucionais devem ser submetidos à avaliação sistemática compatibilizada com o Programa de

Avaliação Institucional da Universidade, incluída a participação de setores da comunidade externa envolvidos no processo.

4.4 - Os Programas devem ser constituídos de uma proposta institucional globalizante, em que se destaque uma contribuição efetiva da Universidade ao Estado, aos movimentos sociais e a outros organismos da sociedade civil.

O Programa de Fomento à Extensão Universitária comporta, a partir de 1995, duas linhas de ação:

Linha 1 - "Articulação da Universidade com a Sociedade", financiada com recursos oriundos da SESu/MEC, que abrangerá:

* incentivo a processos continuados de capacitação e treinamento a grupos populacionais, principalmente no interior dos Estados e periferias urbanas, nas áreas de Educação, Saúde, Produção e Qualidade de Vida.

* assessoramento técnico-administrativo às administrações públicas e à mobilização e organização dos movimentos sociais.

* desenvolvimento de propostas alternativas para os estágios e práticas curriculares.

* ações de cultura e manifestações artísticas que procurem resgatar e consolidar as raízes culturais de formação brasileira.

* ações articuladas com a pesquisa e com o processo formativo e que tenham como finalidade a resposta à demanda social.

* ações de integração da Universidade com a Educação infantil.

Linha 2 - "Integração da Universidade com o Ensino Fundamental (crianças 1ª a 8ª séries, jovens e adultos, incluindo a Educação indígena), e Educação Especial, financiada com recursos oriundos do FNDE/SEU, em consonância com as Políticas Nacionais para Educação Básica e com as estratégias abaixo:

* Estes programas deverão ser encaminhados com as manifestações favoráveis da Secretaria de Educação, do Estado e dos Municípios envolvidos. Preferencialmente, as Universidades localizadas no mesmo estado, devem apresentar programas integrados, delimitando as áreas de atuação.

* Desenvolvimento de programas sistemáticos e continuados de capacitação de recursos humanos, formulados a partir das necessidades apontadas pelos Sistemas de Ensino.

* Desenvolvimento, em articulação com os Sistemas de Ensino,

de estudos, pesquisa, planos e inovações pedagógicas que objetivem a aplicação simultânea dos seus resultados no processo ensino-aprendizagem (através do planejamento, programas de treinamento, aplicação de metodologias e práticas pedagógicas inovadoras) para a Superação do Fracasso Escolar (evasão, repetência e falta de domínio dos conteúdos mínimos), especialmente nas primeiras séries.

* Cooperação técnica aos Sistemas de Ensino na elaboração e produção de material didático visando o atendimento das necessidades apontadas (livros didáticos, materiais de ensino e outros recursos pedagógicos para uso dos estudantes e dos professores).

* Cooperação técnica aos Sistemas de Ensino no desenvolvimento e implantação de currículos, metodologias, além de práticas pedagógicas destinadas a aprimorar o processo ensino-aprendizagem.

5) O DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO EXTENSIONISTA

A Extensão Universitária deve ser desenvolvida sob a forma de Programas.

5.1 - Os Programas devem contemplar formas e mecanismos de articulação com o ensino e a pesquisa.

5.2 - Os Programas de Extensão devem ser desenvolvidos a partir dos órgãos Acadêmicos das IES, através de ações sistematizadas, voltadas às questões relevantes da sociedade.

5.3 - Os Programas devem ser entendidos como um conjunto de projetos e atividades de caráter orgânico-institucional com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum.

5.4 - Os Projetos devem ser entendidos como um conjunto de ações continuadas de caráter educativo, científico e tecnológico.

5.5 - As atividades devem ser entendidas como iniciativas de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico. a exemplo de: cursos, fóruns, congressos, seminários, prestação de serviços e outros, desde que articuladas a Programas institucionais.

6) PROGRAMA DE FOMENTO A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA 1995.....

Em 1995, a SESu/MEC apoiará Programas com caráter institucional e ênfase interdisciplinar, na área de Extensão, de acordo com o conceito, os objetivos e as diretrizes apresentadas nos itens 2, 3 e 4.

Os Programas institucionais serão encaminhados à SESu/

MEC pelas Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares, após a compatibilização e integração das diferentes propostas oriundas de sua instituição, em dois documentos: um para cada linha de ação, no prazo estabelecido pela SESu.

Caberá, também às Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares o encaminhamento do(s) Relatório(s) Final(is) do(s) Programa(s) Institucional(is).

A SESu informará às IES a previsão orçamentária aprovada para o exercício.

7) CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO INSTITUCIONAL PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA

O Programa estará aberto às Instituições Públicas de Ensino Superior, de vinculação Federal, Estadual e Municipal, que poderão pleitear recursos das linhas I e II.

As Instituições de Ensino Superior Comunitárias, Filantrópicas ou Confessionais que comprovem o atendimento ao Artigo 213 da Constituição Federal, poderão pleitear recursos exclusivamente da linha II.

Só estarão capacitadas as IES nas quais exista um órgão responsável pela implementação da Política de Extensão (Pró-Reitoria, Sub-reitoria, Coordenação, Decanato etc.).

No caso de Instituições já contempladas com financiamento do PROEXTE, havendo aprovação de um novo financiamento a liberação dos recursos ficará

condicionada à apresentação do relatório referente ao exercício anterior.

M

8) ANÁLISE DAS PROPOSTAS DAS IES

A análise das propostas das IES será feita pelo Comitê Assessor do PROEXTE, considerando o seguinte referencial:

8.1 - Relevância Acadêmica:

* Proposta globalizante e orgânica na articulação do ensino/pesquisa/extensão, onde estejam inter-relacionados os conteúdos de disciplinas, concepções de pesquisa e demandas da sociedade.

* Interdisciplinaridade - entendida como inter-relação de competências e complementaridade entre as áreas do conhecimento.

* Grau e forma de participação dos diversos sujeitos da comunidade acadêmica.

8.2 - Relevância Social:

* Grau e forma de participação da sociedade - possibilidade da repercussão social da temática.

* Problemática abordada - possibilidade de contribuição para a inserção político/econômico/social e cultural da população excluída.

* Possibilidade de criação, desenvolvimento e difusão de tecnologias apropriadas com a população.

8.3 - Viabilidade do Programa Institucional

Compatibilidade entre os objetivos do Programa e os mecanismos de operacionalização propostos.

* Definição das etapas de implantação, execução e avaliação.

8.4 - Compromisso Institucional

* Relação com o Plano de Trabalho Global da IES.

* Aprovação nas instâncias de deliberação acadêmica das IES.

•* Recursos investidos pelas IES como contrapartida.

* Garantia de continuidade.

9) ROTEIRO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS PARA O PROGRAMA DE EXTENSÃO (PROEXTE) - 95

As Instituições que se habilitarem ao financiamento das linhas I e II, apresentarão as propostas em separado para cada linha, seguindo o roteiro abaixo.

Ressalte-se que para a linha II, após a aprovação da proposta, as IES preencherão formulário próprio do FNDE.

1) Identificação da Instituição (nome, mantenedora, endereço, telefone, fax e responsável pela Instituição)

2) Título

3) Justificativa:

a) antecedentes e histórico do programa;

b) contribuição para a oxigenação e redimensionamento curricular, programático e administrativo da universidade, bem como para a criação e difusão de novos conhecimentos;

c) contribuição para o atendimento de demandas sociais.

4) Pressupostos teóricos e epistemológicos.

5) Referencial metodológico.

6) Objetivo(s) geral(is) e específico(s).

7) Desenvolvimento do Programa:

a) local e realização;

b) público abrangido;

c) equipe responsável (carga horária);

d) inter-relação e complementaridade entre as áreas do conhecimento (interdisciplinaridade);

e) formas de articulação com o ensino e/ou pesquisa e com as demandas sociais;

0 especificação das metas e das ações (projetos e atividades); ressaltar a articulação entre as ações;

8) Forma e cronograma de avaliação.

9) Cronograma de execução.

10) Orçamento por elemento de despesa (vide convocatória), especificando as despesas financiadas e contrapartida da Instituição.



Apoio:

NAPE/Departamento da Extensão
Sub-reitoria para Assuntos Comunitários/UERJ

Produção Gráfica:

Rosania Rolins

Projeto Gráfico e Capa:

Quartet Editora e Comunicação

Digitação e Editoração Eletrônica:

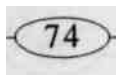
Ramon Carlos de Moraes

Revisão: **Marco**

Aurélio Mello Reis

Impressão:

Gráfica UERJ



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)